

**EDIÇÃO
EXPERIMENTAL**

Tribuna Operária da Lula

Nº 309 - DE 27 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 1987

Cz\$ 8,00

O APERTO DOS SALÁRIOS

Páginas 10 e 11



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



DICA DO LEITOR

A denúncia da exploração na fábrica ou no campo. Os reclamos das condições de vida, da desassistência nos bairros, da péssima qualidade do ensino. O flagrante vivo das manifestações de racismo, de machismo, das injustiças políticas e sociais. Nesta página é o leitor quem dá o recado. É um espaço

reservado à contribuição viva dos operários, camponeses, estudantes, mulheres, democratas. Para a troca de experiência, para a opinião sobre os mais variados assuntos.

Envie sua carta para a Editora Anita Garibaldi, rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318, São Paulo - SP.

Opressão no Crato

A região do Cariri cearense é um aglomerado de cidades, onde se destacam Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Crato, com mais de 100 mil habitantes, tem o predomínio do desenvolvimento do setor educacional (são sete cursos superiores e vários colégios de 1º e 2º graus, entre outras escolas). É uma cidade com alto índice de desemprego e subemprego. Dentre o reduzido número de indústrias, destacamos a Cerâmica Norguaçu. É o alvo de nossa denúncia.

A Norguaçu tem 500 funcionários trabalhando em quatro turnos. As condições de trabalho são subumanas. Vários de seus empregados foram vítimas de paralisia facial ou mutilação de órgãos, sem qualquer indenização pelos acidentes. A empresa já foi denunciada na Justiça do Trabalho devido à perseguição de dirigentes sindicais e funcionários que buscam sindicalizar-se, dispensas injustas etc.

As mulheres são as mais prejudicadas nesta cerâmica. Elas não têm o sagrado direito à maternidade - as casadas têm que fazer ligação de trompas ou

não serão admitidas. Se a empresa descobre alguma funcionária grávida, ela é dispensada sumariamente. Antônio Carlos Neto, gerente industrial, usa de má fé para com as empregadas, prometendo-lhes cargos ou melhores salariais em troca de satisfação sexual. Depois de abusar das operárias, demite-as.

No domingo, 1º de fevereiro, as operárias foram obrigadas a

trabalhar 12 horas. Francisca Dias trabalhou o tempo todo chorando. As que não suportaram o serviço foram demitidas. Existem operários que trabalham 40 noites seguidas, sem folga. E o "Manual de Orientação Interna" da Norguaçu determina: "O horário de trabalho poderá ser alterado pela empresa, conforme as suas conveniências ou necessidades, num ou outro setor, havendo rigorosa observância de sua obrigatoriedade". E mais: "É proibido ao empregado formar grupos de palestras com qualquer finalidade nas dependências da empresa ou nas imediações, bem como firmar assinaturas, listas, abaixo-assinados". Manifestamos nosso repúdio a este manual.

Cícero Lima Maciel, diretor do sindicato da categoria, é severamente perseguido pelo assistente administrativo José Tarcísio Sampaio Siebra. Tendo sua carteira assinada há dez anos como auxiliar de soldador, Cícero é colocado para fazer serviços incompatíveis com sua função, para que se afaste do sindicato ou se demita da empresa.

A sub-delegacia do Trabalho de Crato vem atuando a Norguaçu, e o sindicato dos trabalhadores tentou de várias maneiras solucionar os problemas, mas os industriais não dão importância à questão.

Conclamamos os trabalhadores da categoria para a união e a luta, junto com o sindicato, para sairmos vitoriosos desta

batalha.

(Francisco João da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Crato, Ceará)

Pega, mata e come

Há muito tempo o gado da fazenda de um português, o Davi, prejudicava a população de Assaitena, município de Curuçá (Pará). As vacas destruíam roças, e as coisas ficavam por isso mesmo. A polícia era chamada, mas não revolvía nada. Recentemente, os posseiros decidiram que o gado que invadisse suas roças seria morto, e comunicaram o português Davi, que fez que não ouviu.

Foi o que aconteceu. Duas vacas invadiram a posse do Antônio, e levaram bala. Uma morreu no local, a outra fugiu, ferida. O Antônio chamou outros posseiros da região para uma churrascada. Dois dias depois o fazendeiro foi conversar com os posseiros, levando seis soldados armados com fuzis. Pretendia prender os lavradores.

Mas os posseiros estavam preparados: eram 103, prontos pra tudo. A polícia ficou intimidada. O caso foi parar na Justiça. Eu, Pororoca, representante da CGT no campo, participei da audiência junto com os lavradores. Lá nós explicamos que não houve crime, mas a defesa do patrimônio dos trabalhadores. Na audiência, estavam o fazendeiro, seu advogado, e 70 trabalhadores rurais. O advogado do português dizia que os lavradores eram criminosos, e nos tratou como marginais.

Eu falei: "Trabalhador não é marginal. Enquanto o gado prejudicava a plantação, o fazendeiro estava tranqüilo. Quando mataram a vaca, ele se preocupou. A polícia só defende os fazendeiros, os capitalistas. E isso não é um fato isolado no Brasil".

No final, o fazendeiro queria indenização pela vaca. Mas os trabalhadores apresentaram o

relatório de prejuízo de 40 toneladas de roçados que foram consumidas pelo gado do Davi fazendo as contas, era o português que nos devia cinco vacas e não nós que teríamos que pagar a vaca dele. O resultado foi que ficou uma coisa por outra. Foi assinado um acordo estabelecendo que a vaca que nós matamos e comemos ficava por conta das roças que as vacas comeram. Com isso ganhou crédito a CGT, o povo trabalhador ganhou confiança na força de sua luta.

(Pororoca, Assaitena, Pará)

Proquimbrás explodem

Somos funcionários da Proquimbrás, que fabrica desintoxicantes para banheiros e outras coisas mais. Trabalhamos das 13h30m. Antes recebíamos leite e pão com manteiga. Mas o que é justo dura pouco, o patrão cortou. O almoço é de 50 minutos - mas por lei, deveria ser 1 hora. O patrão rouba 10 minutos por dia. 10 minutos de café foram tirados, e não podemos sequer levar bolacha pro trabalho!

Dentro da fábrica, a vigilância é grande. Se o funcionário demora um pouco no banheiro lá está o chefe vendo o que está fazendo. A empresa tem convênio com a firma Inama, mas quando se vai fazer uma consulta, o médico diz que é tudo bem e manda o operário de volta ao trabalho, mesmo que ele esteja sem condições.

Há alguns dias, foram demitidos vários companheiros, por excesso de produção. A empresa costuma contratar bastante operários - utilizando até de agências de emprego - aumenta a produção, estoca e manda a maioria embora.

Não temos CIPA e não temos comissão de fábrica. Não tem nenhuma proteção no que respeita à segurança de trabalho. Precisamos nos conscientizar e avançar na nossa organização e luta. É o caminho para conseguirmos condições dignas de trabalho e de luta para a classe operária alcançar sua libertação.

(Operários da Proquimbrás - Guarulhos - SP)



Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
 Telefone: 36-7531 (DDD 011)
 Telex: 01132133 TLOBR
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olivia Rangel.
 ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
 ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
 AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
 BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
 Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
 Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
 DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
 CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 -

Centro - CEP 60000. Iguatú: R. Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
 Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
 ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
 Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
 GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
 MARANHÃO - São Luís: R. do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
 MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
 MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
 MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 286 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
 PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
 PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da

Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
 PARANÁ - Curitiba: R. Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961. CEP 80000.
 Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
 PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.
 PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
 RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Junínia, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.
 RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Fradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1986 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e nos

sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s/ 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.
 RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000.
 Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
 SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
 SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Sardiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
 SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
 A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Past-Up, Fotolito - Litarte Fotolitos Ltda. Fone: 35.9738. Impressão: Claret Fone: 8.154.9999 - São Paulo - SP.

A direita se agita

A bomba na casa do deputado constituinte Célio de Castro traz para Minas as atenções democráticas do país. Berço de históricas articulações de direita, Minas foi palco das últimas bancas de jornais incendiadas, ao final do ciclo negro de terror.



Consta do anedotário político dessa chamada terra da liberdade que Tancredo, no primeiro ano de seu governo, preocupado em afastar dos postos de mando da sua polícia aqueles mais envolvidos com o período fascista, o fez "mineiramente", com aposentadorias e dissuasões, sem quaisquer processos punitivos. Esse esforço, até certo ponto louvável, do quase presidente do Brasil se acha hoje comprometido.

Os ventos direitizantes da administração Newton Cardoso é ventre fértil para o retorno da ação desses grupelhos fascistas. São recentes os arrombamentos da casa do deputado estadual Chico Ferramenta, do PT, e da sede desse partido. É atual secretário adjunto de Segurança Prata Neto, envolvido em processo de tortura a presos comuns (caso Jorge Defensor) ao tempo em que comandava a tristemente famosa Metropol. O secretário de Saúde, Edgardo Campos, nos últimos dias, saiu em jornada "macartista" contra o PC do B e o PT, com nota pública, acusando-os

de responsáveis pela crise dos hospitais e demitindo diretores de unidade legitimamente eleitos.

A demissão de todo o Conselho Consultivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, cientistas de renome que não recebiam qualquer remuneração, por mero ato de vingança política, faz parte desse clima de obscurantismo mineiro.

Mas a escalada da extrema direita não é localizada. O clima é favorável também no resto do país. O arquivamento do processo Rubens Paiva, após a apresentação dos cinco acusados sem que nenhum deles fosse sequer interrogado é fruto dessa situação. Também o é a apologia do terror feita pelo conhecido militar Brilhante Ustra, em seu recente livro. Ante esse avanço anti-democrático o governo Sarney omite-se ficando conivente com ele. Quando a maioria da Constituinte permitiu que se castasse a sua soberania abriu campo para atos dessa natureza.

Por tudo isso, os inúmeros sindicatos e entidades populares presentes ao ato de protesto contra a bomba, realizado no plenarinho da Assembléia mineira, se colocaram a tarefa de ampliar o esforço para dar um basta à escalada do terror, programando ações de maior envergadura. (Jô Moraes - Minas Gerais)



EDITORIAL

A praga militarista

Quartelada na Argentina. Os golpistas não apresentam nenhuma proposta de desenvolvimento do país, nenhum programa de governo. Simplesmente pretendem assegurar para os militares o privilégio de torturar e matar sem que possam ser ao menos julgados pela sociedade. Como tática chegaram a usar o argumento de que os oficiais inferiores deviam acatar ordens dos superiores. Mas nem esta trapaça sustentaram, pois entre as exigências que apresentaram estava a de anistia para os principais mandantes, que foram os generais-presidentes durante a ditadura.

O exemplo argentino tem o mérito de revelar com absoluta nitidez o caráter elitista, opressor e reacionário do militarismo. É uma força estranha ao país, contrária ao sentimento da esmagadora maioria da população. É uma manifestação estremada da burguesia que busca, a qualquer preço, sustentar um regime caduco, que a história já condenou e que não tem capacidade de solucionar os problemas cruciais da nossa época.

Ainda há quem procure afirmar que a tortura foi uma coisa excepcional, restrita a certas áreas deformadas. Pretendem assim esconder que foi um método de governo. Aliás estes argumentos já foram usados para desculpar o nazismo alemão. Estes mesmos que se apresentam como "sensatos", dizem que Hitler era um louco. Só não dizem que enquanto o nazismo estava na ofensiva e parecia assegurar o predomínio da Alemanha no mundo, Hitler era o grande herói da burguesia imperialista.

No Brasil também o militarismo está em pauta. Apesar de desmoralizados pela tortura, pela corrupção desbragada, pelo entreguismo mais vergonhoso, os generais não ceitam perder as posições de mando. Homens que

dirigiram diretamente a tortura e a repressão mais sanguinária continuam ocupando postos de destaque e ainda são promovidos. Nenhum foi punido. Nenhum foi submetido a julgamento. O SNI, ainda com manchas de sangue por todos os lados, permanece com todo o prestígio. Fascinoras perigosos, que participaram por exemplo de operações no Araguaia, onde decapitaram as cabeças dos melhores filhos do povo que se levantaram contra a tirania, continuam suas carreiras com todas as honras.

A batalha contra a praga do militarismo é portanto questão-chave para a conquista da liberdade. E se na Argentina, apesar de inicial, teve alguns avanços, em nossa pátria é um combate ainda com poucos resultados práticos.

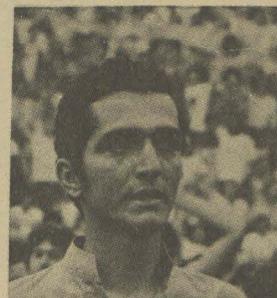
O fator fundamental que deteve a ofensiva golpista na Argentina foi a imediata mobilização popular. Em Córdoba e outras cidades, grandes massas saíram às ruas condenando bravamente a ameaça dos torturadores. Em particular em Buenos Aires, uma manifestação de massas colocou-se heroicamente diante de tanques e fuzis obrigando os fascistas amotinados a voltarem para o interior do quartel. Este exemplo é valioso.

Não serão acordos de bastidores que liquidarão a prepotência dos generais. Urge que o povo se coloque à altura da imensa tarefa em pauta. Discute-se o assunto na Constituinte. Mas não se tomará decisão eficaz no âmbito parlamentar sem que as multidões se manifestem abertamente pelo fim do militarismo.

Medidas básicas para banir o militarismo da vida nacional dizem respeito à denúncia pública de todos os torturadores e assassinos, e julgamento dos mesmos, e a redefinição do papel das Forças Armadas impedindo que continuem se imiscuindo na política e na repressão ao povo.

Os fariseus em apuros

O Partido Comunista do Brasil foi recentemente responsabilizado pela ocupação de terrenos vazios na Zona Leste de São Paulo levada a efeito por mais de 25 mil famílias de operários e trabalhadores desempregados. Afinal, os acontecimentos caíram como "raio em céu azul" sobre as cabeças dos que tecem e fiam "a teoria da índole pacífica e ordeira" do nosso povo.



Mas o PC do B não comandou nem ordenou invasões; tem apenas entre seus compromissos programáticos o apoio aos que combatem por direitos e contra as injustiças, e não poderia omitir-se ante o desespero dos que buscam um teto, nem deixar de apoiá-los em sua luta. Só um perfeito idiota - e é grande o esforço em busca da perfeição - poderia afirmar que o PC do B ou outra organização mobilizaria cem mil pessoas da noite para o dia, mesmo frente a um drama social como o da moradia, e ainda que agravado pelo fim do congelamento do preço dos aluguéis.

Mas a lei, dizem outros, tem que zelar pelo direito de propriedade. A lei, sempre a lei. Jesus Cristo, Espártaco, Robespierre, Bolívar, Marx, Lênin, Tiradentes, Frei Caneca; a história está cheia de foras-da-lei ilustres, perseguidos ou mortos em nome da lei, depois vitoriosos. Os

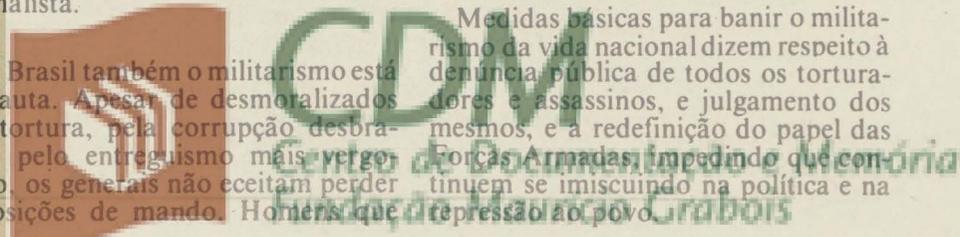
cavaleiros da lei, então, que façam retroceder o mundo ao Código de Hamurabi, a primeira lei conhecida a ser subvertida, dando início ao ciclo que tem constituído a história da humanidade.

Tetis, a mãe de Aquiles, mergulhou o filho no rio Stix para torná-lo invulnerável, esquecendo-se porém de submergir-lhe o calcanhar. A burguesia mergulhou a propriedade privada num oceano de leis e mistificações, mas os invasores de S. Paulo souberam encontrar na Zona Leste seu calcanhar desguarnecido.

As causas das ocupações podem ser encontradas nos números da Secretaria de Habitação de S. Paulo, onde faltam mais de dois milhões de moradias no Estado - e não é difícil adivinhar quem sobrou na fila dos sem-casa, e quem se apóia na especulação imobiliária, a comprar terrenos quase de graça e esperar a valorização para auferir lucros exorbitantes.

Os fariseus que justificam o assassinio do pedreiro Adão pelos centuriões municipais, nunca gastaram uma linha para denunciar a sangria desatada de nossas riquezas e queda no salário dos operários pela espoliação estrangeira e pela dívida externa. Sabem que a negação da reforma agrária, a indústria da seca no Nordeste e o câncer social do latifúndio são explicações verdadeiras e científicas, não reveladas, das ocupações.

(Aldo Rebelo - São Paulo)



Constituinte

Os assuntos polêmicos

Antes ainda que as subcomissões temáticas iniciassem oficialmente a discussão das sugestões apresentadas pelos deputados, alguns temas já polarizavam as atenções da Constituinte. A **Tribuna Operária** ouviu deputados progressistas que estiveram envolvidos em alguns desses debates.



Fogaça: não ao militarismo

Os militares apostam alto, mas Fogaça paga para ver

O "lobby" militarista atuou com tanta desenvoltura nas primeiras semanas de trabalho da Constituinte que conseguiu transferir o debate a respeito do papel das Forças Armadas para a Subcomissão de Garantia das Instituições. Foi essa decisão do Dr. Ulysses Guimarães, ainda que o deputado Haroldo Lima tivesse lhe alertado que esse assunto é abordado em todas as Constituições brasileiras no capítulo que trata do Poder Executivo, para o qual há uma subcomissão específica na Assembléia.

É fácil compreender a euforia que a infeliz decisão de Ulysses despertou entre os defensores do militarismo. Enquanto a subcomissão do Poder Executivo tem como relator o senador José Fogaça (PMDB-RS), de tendência progressista, alguns dos mais expressivos quadros da direita acabaram se concentrando na subcomissão de Defesa das Instituições, entre eles Jarbas Passarinho, Prisco Vianna e o ultradireitista Ricardo Fiúza, nomeado relator.

No último dia 13, entretanto, Fogaça acrescentou um dado novo ao problema, que pode contribuir para desarmar a bem montada manobra direitista. Ouvido pela **Tribuna**, ele garantiu que incluirá em seu relatório pelo menos um dos princípios que os conservadores consideram tabu: a completa subordinação das Forças Armadas ao Poder Executivo. Disse mais: vai propor que o presidente da República volte a ter plenos poderes na nomeação dos chefes militares (boa parte

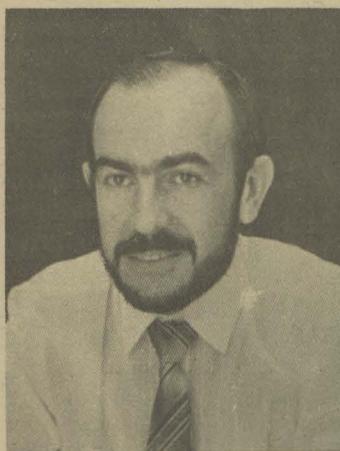
dessas nomeações é feita desde o fim do governo Figueiredo pelo Alto Comando). Por fim, arrematou: "É preciso impedir que as Forças Armadas sejam um organismo à parte do Estado, um gueto ou um feudo. Esta concepção está fora da própria realidade das democracias ocidentais".

Numa comissão difícil, Bogo trabalha com propostas avançadas

"Sei que estou numa área braba". Bem humorado, o gaúcho Vicente Bogo define assim a correlação de forças na subcomissão de Estrutura Fundiária e Reforma Agrária, da qual é membro. De fato. Se a composição da Constituinte já é desfavorável às teses mais progressistas, a situação torna-se ainda mais difícil nas subcomissões que tratam de problemas econômicos, onde a direita se desdobra para manter seus privilégios.

Nem por isso Bogo, um dos deputados peemedebistas que tem defendido posições mais avançadas, se retrai: ele está entre os parlamentares que vão propor a fixação de **limites máximos de extensão** para as propriedades rurais, atingindo inclusive os latifúndios que alguns chamam de "produtivos". E ainda mais: nas grandes áreas que estejam absolutamente inaproveitadas, quer a "perda sumária" da propriedade, sem direito a qualquer indenização.

Eleito com o voto de pequenos agricultores da região de Santa Rosa, Bogo tem propostas claras também quanto à política agri-



Bogo: contra o latifúndio

cola. Defendendo o incentivo à cultura de alimentos destinados ao **consumo interno**; e critérios novos para concessão de créditos, subsídios, assistência técnica e armazenagem, visando favorecer o pequeno produtor e impedir o desenvolvimento de práticas especulativas, como ocorre atualmente.

Será possível aprovar tais posições na subcomissão "braba" da Reforma Agrária? As atenções de Bogo não se concentram apenas nesta fase dos trabalhos da Constituinte: "A subcomissão deve aprovar um relatório 'moderado', pois até os conservadores sabem que não podem contrariar completamente o sentimento da população. Mas decisiva mesma será a votação em plenário. Aí a luta se dará em outras condições, e nossa esperança é que com pressão popular seja possível reverter o quadro que hoje favorece as posições atrasadas"

Animado, Edmilson fala em "mudar o panorama" do movimento sindical

O deputado comunista Edmilson Valentim sentiu-se feliz quando constatou, na primeira reunião da Subcomissão dos Diretos dos Trabalhadores e dos Funcionários Públicos, a que pertence, que atuará numa das únicas áreas em que parece haver possibilidade de se chegar a uma maioria progressista. Numa avaliação preliminar ele considera que cerca de 13 dos 23 membros que compõem sua subcomissão podem ser ganhos para propostas avançadas.



Edmilson: por estabilidade

Segundo vice-presidente da subcomissão, Edmilson procura aproveitar-se dessa condição para ampliar o espaço para participação dos setores populares nos trabalhos da Constituinte.

Por sugestão dele, a subcomissão está enviando correspondência a todos os sindicatos do país, informando-lhes a respeito de seus funcionamento e solicitando que enviem sugestões de texto constitucional.

Além disso, Edmilson acredita que nas sessões destinadas a ouvir a sociedade civil será possível convidar entidades como a CUT, CGT, o DIEESE, sindicatos e confederações importantes. Edmilson pretende ainda manter um contato mais direto com os operários do Rio, responsáveis por sua eleição. Estava marcada para o dia 24 a primeira das reuniões que ele promoverá em seu Estado para discutir com ativistas sindicais os rumos de sua atuação em Brasília.

Dentre as inúmeras propostas apresentadas pelo PC do B sobre os direitos dos trabalhadores, Edmilson destaca a estabilidade no emprego e a liberdade de organização no interior da empresa: "A primeira reduz o risco da demissão, um velho fantasma que ameaça os trabalhadores e inibe a participação política e sindical dos menos temperados. A segunda garante a criação das comissões de fábrica, através das quais o operário adquire a prática e a consciência da atuação coletiva, organizada e unitária. Se for possível aprovar estas duas propostas, acredito que a Constituinte servirá para mudar o panorama do movimento sindical brasileiro, e até abrir caminho para mudanças mais profundas".



Volta por cima

Mais de quarenta anos depois, o ex-deputado João Amazonas, presidente do PC do B, voltará a participar oficialmente dos trabalhos de uma Assembléia Nacional Constituinte. Acatando proposta do deputado Eduardo Bomfim (PC do B - AI), a subcomissão do Poder Executivo decidiu incluí-lo na lista de personalidades a serem ouvidas em suas audiências públicas. Amazonas falará sobre sistema de governo.

Injustiça reparada

Através do voto de todos os líderes, a Câmara Federal decidiu no último dia 13 restituir à UNE o terreno em que esteve fixada durante quase 3 décadas sua sede, no Praia do Flamengo, Rio. Em 1964, o prédio foi incendiado e em 1980 demolido, por ordem do governo Figueiredo. A mensagem, que será submetida brevemente ao Senado, não esclarece quem indenizará a UNE pela destruição do edifício.

Pressões por Cabral

Além do senador Mário Covas e do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, o deputado Bernardo Cabral contou com outro apoio, certamente incômodo, para eleger-se relator da Comissão de Sistematização da Constituinte: o ministro Leônidas Gonçalves. Comenta-se que Leônidas chegou a acionar esquemas de pressão para "convencer" deputados a votarem em Cabral.

E agora, Sarney?

Na próxima semana o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B na Constituinte, irá propor aos parlamentares baianos que insistam junto ao presidente Sarney pela demissão do ministro Antônio Carlos Magalhães. Em audiência realizada há 2 meses Sarney prometeu tomar "as providências necessárias" caso um grupo de parlamentares que o procurou comprovasse o envolvimento de ACM no escândalo da venda da NEC do Brasil à Rede Globo. Está pronto o dossiê com as provas que o presidente pediu.

Espertinho

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) interrompeu um discurso do deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP), na sessão solene em homenagem à memória do ex-presidente Tancredo Neves com um sonoro "Não apoiado!", no momento em que o orador criticava o parlamentarismo. O discurso de Ademarzinho foi interrompido uma segunda vez ao afirmar que a melhor maneira de se homenagear Tancredo Neves seria marcar imediatamente a data das eleições diretas para presidente.

Mais duas semanas

Na última semana a mesa da Constituinte decidiu ampliar o prazo aberto para que as entidades representativas de setores da sociedade apresentem propostas de texto constitucional. O prazo agora expira dia 6 de maio.

Constituinte

Os comunistas saem na frente

O PC do B trabalhou rápido e já está apresentando suas propostas fundamentais à Assembléia. O líder do partido destaca a importância das teses comunistas, mas adverte: "só serão aprovadas com grande mobilização popular"

O deputado Haroldo Lima, líder da bancada do PC do B na Constituinte, tinha bons motivos para mostrar-se entusiasmado no último dia 15. Num momento em que as subcomissões temáticas da Assembléia ainda desenvolviam a parte preliminar de suas atividades, sem terem sequer deflagrado a discussão do conteúdo da nova Carta constitucional, ele já podia anunciar que, após vários dias de trabalho ininterrupto, uma equipe especialmente reunida em Brasília por seu partido estava prestes a concluir um conjunto de cerca de 50 sugestões que seriam oferecidas ao plenário nos dias seguintes pelos deputados comunistas.

"Posso assegurar que nossa contribuição aos trabalhos da Assembléia é das mais completas e abrangentes, e abarca a maior parte dos temas que serão debatidos pelos constituintes" - destacou Haroldo. De fato, parece ser assim. Ainda que sem a pretensão de apresentar à Assembléia um projeto acabado - as propostas elaboradas pelos comunistas incluem um conjunto de temas que vai da mudança do sistema de governo à alteração do conceito de "pátrio poder"; da manutenção e ampliação da reserva de mercado para as indústrias nacionais em ramos-chave da economia ao pagamento das férias em dobro aos trabalhadores; do combate ao militarismo à proibição ao estabelecimento de praias "particulares".

"Outro aspecto importante - prossegue Haroldo - é o método democrático e transparente através do qual estas propostas foram elaboradas". Ele lembrou que os princípios que norteiam os textos agora apresentados vêm sendo discutidos pelos membros do PC do B há tempo; e que o partido teve o cuidado de editá-los e apresentá-los antecipadamente ao conjunto da população durante a campanha eleitoral de 86 - uma atitude pouco comum na tradição política brasileira. Além disso, a fase de redação

final dos projetos contou com a participação e o acompanhamento pessoal do principal dirigente do PC do B, João Amazonas.

Haroldo fez questão de frisar que o lançamento de proposta própria não refreará o esforço intenso que o PC do B tem desenvolvido para a constituição de uma frente progressista na Constituinte. "Prova disso é que todas as sugestões encaminhadas por nossa bancada ao plenário têm sido subscritas por dezenas de parlamentares de todos os partidos e setores progressistas".

Indagado a respeito da possibilidade de aprovação das propostas que seu partido elaborou, Haroldo adverte: "Esta hipótese está inteiramente subordinada à mobilização popular. Continua sendo indispensável unir amplos setores da população em torno das teses progressistas. Do contrário, abandonadas à própria sorte, estas teses serão arquivadas, vítimas de uma correlação de forças que no interior da Assembléia é desfavorável".

A seguir, a Tribuna destaca aspectos importantes das principais propostas apresentadas pelo PC do B.

1. Sistema de Governo

A proposta do PC do B, prevê o fim do presidencialismo. O governo passa a ser exercido num sistema de "coresponsabilidade" entre o presidente da República e o Congresso. O presidente-chefe de Estado - é eleito através de voto secreto, com mandato de 4 anos. Mas o cargo de **chefe de governo**, a quem cabem as principais responsabilidades administrativas, é exercido pelo **primeiro-ministro**. Indicado pelo presidente, após consulta aos líderes dos partidos políticos, o primeiro-ministro compõe o Conselho de Ministros e ela-



A comissão que deu redação final aos projetos, com Amazonas em destaque

bora um programa de governo. Ministros e programa são então submetidos à apreciação do Congresso, que os aprova ou não.

O primeiro-ministro e o Conselho podem ser **demitidos** pelo presidente e/ou pelo Congresso, sempre que houver perda de confiança, crise política grave ou oposição expressiva de amplos setores da população.

O Poder Legislativo é exercido por um Congresso Nacional unicameral. As leis podem ser propostas, além dos deputados, por entidades representativas de setores da população. O deputado que se ausentar de mais de 8 sessões em um mês perde o mandato.

2. Soberania Nacional

O PC do B propõe que a Constituição suspenda, por prazo indeterminado, o pagamento da dívida externa, e determine a realização de rigorosa auditoria para avaliar todo o montante atual dos débitos. Fica proibida a obtenção futura de empréstimos externos que comprometam a soberania do país.

O projeto estabelece reserva de mercado para as empresas nacionais nas áreas de informática, biotecnologia, mecânica de precisão e química fina, e inclui ainda a **manutenção e fortalecimento** das empresas estatais. Amplia o monopólio estatal de petróleo às áreas de **refino e distribuição**, estabelece o monopólio da União na importação das matérias-primas básicas da indústria farmacêutica e determina a criação de uma empresa estatal para produzir e comercializar medicamentos e matérias-primas.

O subsolo, as riquezas minerais e os potenciais hidráulicos passam a ser propriedade da **União**; fica proibida sua exploração por indivíduos ou empresas estrangeiras; e é constituída uma comissão especial para reavaliar o Projeto Carajás.

3. Combate ao Militarismo

O PC do B **redefine** o papel das Forças Armadas, suprimindo do texto constitucional o trecho que inclui entre suas atribuições a defesa da lei e da ordem. Além disso, estabelece a **inteira obediência** das Forças Armadas ao presidente da República. A proposta também substitui os ministérios militares por um único, o Ministério da Defesa, cujo titular poderá ser civil ou militar.

e extinguiu o SNI.

4. Fim do Latifúndio

As propostas dos comunistas **extinguem** o latifúndio, fixando limites máximos de extensão para as propriedades nas diferentes regiões do país e estabelecendo a desapropriação "progressiva e ininterrupta" daquelas que ultrapassa-

rem estes limites. As áreas pertencentes a empresas estrangeiras são desapropriadas imediatamente e sem indenização, o mesmo ocorrendo com as propriedades griladas ou com títulos ilegais.

As terras desapropriadas ficam destinadas às distribuições em lotes individuais a camponeses sem terra ou com pouca terra, à instalação de cooperativas agropecuárias ou à criação de fazendas-modelo.

5. Direitos do Trabalhador

A proposta do PC do B inclui conjunto de 21 preceitos relativos à garantia de condições de vida e trabalho adequadas, entre os quais destacam-se a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais e o princípio de salário igual para trabalho igual, sem distinção de idade, sexo, raça ou estado civil.

Além disso fica estabelecida ampla liberdade e autonomia sindical, inclusive para os funcionários públicos, resguardando a unidade. O projeto assegura o direito à constituição de Comissões de Empresa, com estabilidade para seus membros.

6. Outros Temas

— Proíbe-se qualquer tipo de censura à imprensa e às criações artísticas.

— O direito de voto é estendido aos soldados, cabos e marinheiros.

— A tortura é considerada crime contra a humanidade, imprescritível.

— É criada uma bancada operária e camponesa no Congresso, composta por 1 operário e 1 camponês de cada Estado e do Distrito Federal.

— A chefia da sociedade conjugal e o pátrio poder, hoje exercidos pelo homem, passam a ser responsabilidade do marido e da mulher, estabelecendo-se o resultado a mulher conceber, evitar ou interromper a gravidez.



Haroldo: apresentação das propostas favorece articulação progressista

RECADO DE BRASÍLIA

Bandeira progressista

Moacyr de Oliveira Filho

A posição favorável ao parlamentarismo no Brasil tem sido, tradicionalmente, uma bandeira das forças democráticas e progressistas. O Partido Comunista do Brasil, por exemplo, defendeu esta tese na Constituinte de 46 e em muitas outras ocasiões ao longo de



nossa história política republicana. Em 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, a bandeira do parlamentarismo, apesar de seu caráter progressista na essência, foi utilizada pelos setores conservadores e reacionários com o nítido objetivo de diminuir o poder do então presidente João Goulart, que não contava com apoio das classes dominantes.

Hoje, quando o debate sobre o sistema de governo a ser adotado no país pela nova Constituição volta à tona, a situação é diferente. Não se trata agora apenas de diminuir ou não o poder do presidente da República. Trata-se, isto sim, de criar um sistema de governo mais democrático e descentralizado, de co-responsabilidade entre o Executivo e Legislativo, que passariam a ser conjuntamente responsáveis pela condução dos destinos da nação.

Este é o sentido geral da proposta de texto constitucional apresentada pela bancada do PC do B à Assembléia Nacional Constituinte. A proposta não visa apenas a implantação de um parlamentarismo clássico no país, mas sim de um novo tipo de sistema de governo efetivamente democrático e progressista. Um governo de co-responsabilidade, onde o Executivo e o Legislativo, com atribuições constitucionalmente definidas, seriam responsáveis conjuntamente pelo governo do país.

Antes mesmo da apresentação desta proposta, os defensores do presidencialismo já se articulavam para impedir que a Constituinte aprove sequer o parlamentarismo clássico. Os militares e os setores conservadores são os mais ferrenhos adversários do parlamentarismo. Não é por acaso que o ex-chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel tem aberto freqüentemente suas baterias para criticar o parlamentarismo e defender o superado sistema presidencialista. Os setores conservadores, dos quais o ex-ministro Maciel é um destacado representante, sabem que parlamentarismo é sinônimo de rup-

tura com o autoritarismo e com o militarismo. Daí a sua reação.

Entre os argumentos que são apresentados contra a adoção do parlamentarismo, alguns chamam atenção por sua evidente fragilidade. É um equívoco, por exem-

plo, afirmar-se que o parlamentarismo precisa ser precedido de partidos fortes. Espanha e Portugal, só para citar 2 exemplos, não tinham agremiações políticas consolidadas ao saírem de longas ditaduras e adotarem o parlamentarismo como sistema de governo. Ao contrário do que se afirma, o parlamentarismo é um fator de fortalecimento dos partidos e da própria democracia.

MANOBRA INACEITÁVEL DE DEFINIR O MANDATO

Não se deve, é claro, acoplar-se esta questão à duração do mandato do presidente Sarney, como pretendem alguns. Ou até mesmo insistir para que esta definição seja feita antes de todas as outras decisões constitucionais. Isso seria uma manobra inaceitável e que implicaria num atestado de óbito de toda a Constituinte, que deve discutir com profundidade no momento exato todos os temas que lhe forem colocados. Mas tampouco seria correto tratar-se desse tema com preocupações meramente conjunturais para atender os interesses pessoais deste ou daquele político ou partido.

Precisam ser igualmente combatidas posições conciliadoras que começam a surgir, defendendo a esdrúxula tese de que os ministros militares não devem ficar subordinados a um governo parlamentarista que venha a ser constituído. Esta tese contraria a própria essência do parlamentarismo, que visa exatamente o contrário. Romper com o passado autoritário dos governos presidencialistas e, portanto, romper com a influência do militarismo na vida política do país. Aceitar esta tese é como tapar o sol com a peneira.

É preciso deixar claro que os argumentos contra o parlamentarismo nascem na direita, e, portanto, não devem florescer entre os democratas e progressistas.



Ministério

'Reforma ampla e a curto prazo'

Não houve qualquer surpresa com a demissão do ministro Marco Maciel da chefia do Gabinete Civil. Convidado para o cargo por Sarney em fevereiro do ano passado, na expectativa de que se transformasse no grande articulador político do governo, Maciel teve seu poder de fogo reduzido drasticamente depois da humilhante derrota sofrida por seu partido, o PFL, em novembro. Pouco a pouco, o presidente foi sendo obrigado a substituí-lo, nas missões mais complicadas, por outras peças de seu esquema de apoio, como o ministro Brossard e o assessor especial Rubens Ricupiero. Tornou-se inútil no posto que ocupava. Além disso, esperava-se a saída devido às dificuldades que os conservadores passaram a enfrentar na Constituinte após a eleição de Mário Covas para a liderança do PMDB. No momento que a Assembléia prepara-se para entrar no debate dos temas substanciais, tornou-se importante para eles lançar mão deste homem conhecido por sua grande habilidade política.

Pouco significativa em si própria, a saída de Maciel parece indicar, no entanto, a deflagração de um importante processo de reforma do Ministério, através do qual o presidente pretende recompor suas bases políticas de sustentação, hoje muito frágeis. "A mudança será ampla e a curto prazo", avisaram Mário Covas e José Richa ao saírem de audiência que mantiveram com Sarney no dia 23.

Mas qual o sentido das mudanças?

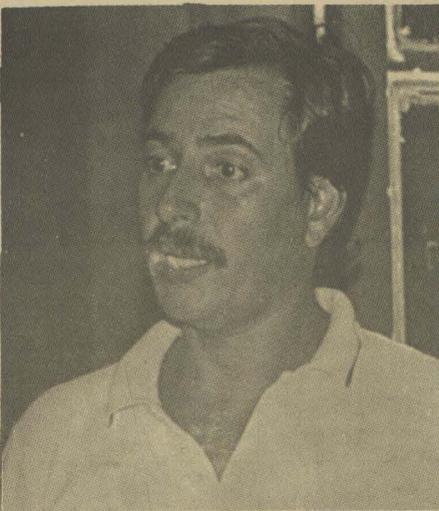
Ou, em outras palavras, com que setor político da Aliança Democrática o presidente procurará estabelecer uma aliança mais estreita, oferecendo maiores espaços no governo e cobrando ao mesmo tempo um apoio mais resolutivo?

Ao fecharmos esta edição esta era ainda uma questão difícil de responder. Por outro lado, gente como Mário Covas mostrava-se ansiosa por conseguir uma participação mais ampla de seu partido no Ministério. "A reforma virá como consequência do resultado das eleições, que deram vitória ao PMDB", garantiu, ainda no dia 22, o próprio Covas.

Outra visão parecem ter as forças mais conservadoras. No dia seguinte, o jornal "O Estado de S. Paulo" intensificava a campanha que desenvolve há meses para afastar do governo o ministro Funaro, a quem a direita não perdoa por ter declarado a moratória, ainda que técnica e limitada, e por não ter "bom senso de conversar com gente grande com os credores", para usar uma expressão do próprio "Estado".

O episódio seguramente se prolongará, inclusive porque vão surgindo, no interior dos próprios partidos da Aliança, movimentos contraditórios aos de suas direções, como o patrocinado pela trinca de governadores Quéricia-Moreira Franco-Newton Cardoso. Mas acompanhar o seu desfecho pode ser decisivo para entender dos diversos setores da classe dominante no Brasil.

Foto: Milton Mendes Filho



Carlos Valadares, ex-secretário

PC do B x Kertesz

Duras críticas

O PC do B entregou, dia 9, todos os cargos que assumira na Prefeitura de Salvador. A decisão foi adotada três meses depois de ter o partido encaminhado um documento ao prefeito Mário Kertesz avaliando o desempenho do primeiro ano de administração, e um mês depois que se acirraram as divergências com o prefeito, especialmente em relação ao aumento das tarifas de ônibus e à greve do funcionalismo municipal.

Entre os comunistas que se afastaram da prefeitura estão o secretário de Serviços Públicos, Nilton Vasconcelos, o secretário de Meio Ambiente e Defesa Civil, Carlos Valadares, e o diretor do Hospital do Servidor Municipal, Fernando Vasconcelos.

O documento encaminhado pelos comunistas no início do ano ao prefeito Kertesz, ao lado de destacar a importância que teve a eleição de 85 para as forças democráticas de Salvador, aponta "limitações e erros" na gestão democrática da prefeitura, na participação popular na administração e na eficiência dos serviços na área social. Critica a centralização do governo, a quase nenhuma participação das forças políticas que o compõem em definições importantes e a falta de participação do secretariado, enquanto "equipe, nas formulações administrativas."

Na nota sobre o afastamento da prefeitura, a direção do partido lembra que apesar da abertura do prefeito às propostas feitas, a discussão do documento e os episódios recentes do aumento das tarifas dos coletivos (acabando com a lei da semestralidade e majorando em mais de 100% a tarifa) e da greve do funcionalismo público (apoiada pelo PC do B) "evidenciaram divergências que apontaram para a reformulação das bases da aliança de forma a preservar nossa independência". A nota finaliza afirmando que o PC do B "reafirma seu compromisso de luta em defesa dos interesses populares e entende indispensável o desenvolvimento de uma gestão municipal democrática, participativa e com ampla transferência administrativa na busca de solução para os graves problemas da cidade"

(da sucursal)

Terrorismo

No embalo da impunidade

Uma bomba foi jogada na casa do deputado constituinte Célio de Castro, do PMDB (eleito com o apoio do PC do B), no dia 15 em Belo Horizonte. No dia 20, a sede do Conselho Regional de Biblioteconomia, na capital mineira, foi invadida. Segundo informou a presidenta da entidade, Lúcia Pimenta Limat, suplente de vereador pelo PMDB, nada foi roubado, mas tudo foi revirado na sede. Ela acha que há conotação política nessa ação, num ataque da "direita organizada" contra os setores progressistas da sociedade mineira. O PMDB silenciou sobre os dois crimes.

A bomba na casa do deputado Célio abriu um enorme rombo no portão, onde explodiu, deixou uma porta de vidro quebrada, abalos no piso da casa, alguns estragos no carro e o trincamento de vidros de janelas de residências vizinhas. Após a explosão, o deputado ainda pôde ver uma Brasília branca arrancando em disparada.

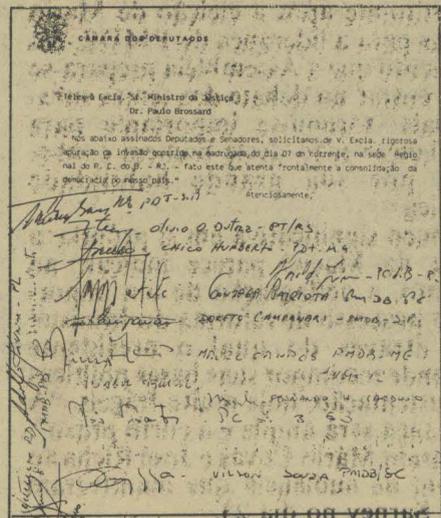
Este é segundo atentado violento contra o deputado Célio de Castro. Em julho de 1984 ele teve seu carro destruído por marretadas. Os criminosos deixaram no capô do carro a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas, organização terrorista). Célio e sua família ocasionalmente recebem diversos tipos de ameaça, através de telefonemas anônimos.

CASA INVADIDA

Poucos dias antes da bomba na casa do constituinte, o líder da bancada do PT na Assembléia de Minas, Chico Ferramenta, teve sua casa invadida. O deputado também recebeu telefonemas com ameaças de morte. Após o atentado contra o deputado Célio, o PT encaminhou requerimento formal à Assembléia Legislativa a fim de que seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para abordar os casos

Comunistas

Solidariedade dos democratas



O documento entregue a Brossard



Deputado Célio de Castro mostra o local onde estourou a bomba em sua casa

Numerosos representantes de setores populares mineiros exigiram punição para os terroristas. No dia 16, em sessão plenária na Assembléia Legislativa, diversos parlamentares manifestaram seu repúdio ao atentado. Após a sessão, cerca de 300 pessoas se reuniram no auditório da Assembléia para denunciar mais esse desagravo contra a democracia. Diversos sindicatos, associações e federações estavam presentes, inclusive a CGT e a CUT. Também presentes o professor e jurista Edgar da Matta Machado, a vereadora e presidenta regional da Comissão Tortura Nunca Mais, Helena Greco, e a secretária rural da CUT, Maria Aparecida.

Não houve, estranhamente, nenhum pronunciamento oficial do PMDB mineiro contra o atentado. No dia 28, uma comissão representando várias entidades democráticas e populares mineiras deverá ter uma audiência com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em Brasília, para exigir a investigação do atentado e punição de seus autores.

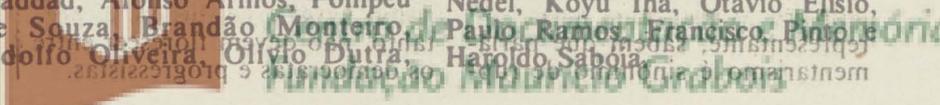
O deputado Célio de Castro louvou a união dos setores populares e confessou-se feliz por ter, junto a si, "a solidariedade de tantos companheiros que também estão dispostos a dar um passo à frente na luta pelo avanço das mudanças sociais que o país necessita"

(da sucursal)

Mais de 50 constituintes - entre deputados e senadores - enviaram ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, abaixo-assinado protestando contra a invasão da sede regional do PC do B no Rio de Janeiro no dia 7 de abril e exigindo a "rigorosa apuração" dos fatos. O documento afirma que a invasão "atenta frontalmente a consolidação da democracia em nosso país".

Assinam: Edmilson Valentim, Haroldo Lima, Lídice da Mata, Eduardo Bonfim, Célio de Castro, Aldo Arantes, Mauro Benevides, Fernando Henrique Cardoso, Jamil Haddad, Afonso Arinos, Pompeu de Souza, Brandão Monteiro, Adolfo Oliveira, Ovídio Dutra,

Chico Humberto, Ademar de Barros Filho, Gonzaga Patriota, Doreto Campanari, Mauro Campos, Vilsón de Souza, Beth Azize, Mário Lima, Benedicto Monteiro, Nelson Aguiar, Robson Marinho, Juarez Antunes, José Serra, Virgílio Guimarães, Abgail Feitosa, Carlos Cardinal, Percival Muniz, Simão Sessim, Luiz Salomão, Moema São Thiago, José Carlos Saboia, Pedro Cãnedo, Jorge Leite, Antônio Pedrosa, Ana Maria Rattes, Cristina Tavares, Miro Teixeira, Carlos Alberto Caó, Luiz Freire, Vivaldo Barbosa, Agassis Almeida, Rui Nedel, Koyu Iha, Otávio Elísio, Paulo Ramos, Francisco Pinto, Haroldo Saboia,



Agricultores gaúchos

A dívida sob suspeita

Mais de mil pequenos agricultores gaúchos, homens e mulheres, mudaram a rotina de sua labuta cotidiana no último dia 10. Deixaram seus afazeres no campo e rumaram em caravanas, saídas de vários municípios, para superlotar o auditório da Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, onde foi realizada uma grande manifestação patriótica para exigir a "suspensão do pagamento da dívida externa, por tempo indeterminado, até que uma auditoria soberana examine a natureza do endividamento brasileiro e a destinação de seus recursos".

Foi uma iniciativa da comissão de agricultores da Cooperativa Triticola de Santo Ângelo - Cotrisa. Destacou-se a vigorosa denúncia das manipulações praticadas pelo Citibank (principal credor da dívida

vidamento está sob suspeição. Além dos exemplos de fraudes já verificados nas duas cooperativas gaúchas, sabe-se que há mais 82 casos idênticos catalogados no Banco Central. É inevitável retirar daí a conclusão de que o pagamento da dívida deve ser suspenso e os empréstimos submetidos a uma rigorosa auditoria para que se possa saber, ao menos, o que de fato devemos (se é que devemos) e o que constitui mera ladroagem e pode ser debitado na conta dos casos (sofisticados, sem dúvidas) de polícia. Nesta tecla bateram praticamente todos os oradores do ato da Assembléia Legislativa do RS.

AUDITORIA CONFIÁVEL

No entanto, não basta apregoar que a auditoria dos débitos será realizada. A investigação deve ser séria e

em quebrar essas cooperativas antes que elas diversifiquem mais ainda suas atividades, atuando em áreas hoje controladas por grandes comerciantes e multinacionais, como já vem ocorrendo, por exemplo, com os insumos e defensivos agrícolas.

O fato é que várias dessas empresas, como a Central-sul, a Cotrisa, a Coopasso e a Coopera, ou faliram ou enfrentam enormes dificuldades, sempre às voltas com pesadas dívidas junto a bancos estrangeiros. O pequeno agricultor, majoritariamente sócio dessas cooperativas, é quem paga o pato, na medida em que também crescem seus débitos com a falência da empresa a que está associado. Jair Benediti, um desses pequenos agricultores, resumiu bem o drama que vive junto a outros companheiros: "Co-



Credores ianques

Prejuízos monumentais

O Citicorp, maior conglomerado bancário norte-americano, contabilizou prejuízos de 53 milhões de dólares durante o primeiro trimestre deste ano ao classificar seus empréstimos ao Brasil na categoria dos que não rendem juros. Em consequência, seus lucros declinaram 2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Teriam sido 17% maiores se não ocorresse a suspensão do pagamento da dívida externa.

Outros bancos americanos também estão prevendo volumosas perdas, estimando-se que, caso a suspensão dos pagamentos seja estendida até o final do ano, os

prejuízos cheguem a 1 bilhão de dólares para o conjunto do sistema financeiro privado dos EUA. O Chase Manhattan deixou de receber 40 milhões de dólares no trimestre em decorrência das inadimplências brasileira e peruana, com uma queda de 28% nos lucros.

Esses números fornecem uma boa ilustração sobre a dimensão dos interesses que estão em jogo nos débitos internos brasileiros, embora relacionados tão somente com um segmento dos credores, os bancos privados norte-americanos. Eles explicam, também a arrogância e a intransigência dos banqueiros no tratamento da dívida brasileira.

Bird

Intervenção insolente

Uma missão de técnicos estrangeiros anda de novo vasculhando as contas da economia brasileira. Chegou ao país na semana passada e encontra-se confortavelmente instalada no Ministério da Fazenda. Dirá da viabilidade ou não do plano econômico elaborado pelo senhor Dilson Funaro, bem como de diversos projetos específicos.

Desta vez não é o Fundo Monetário Internacional. São funcionários do Banco Mundial (Bird).

Ainda amarrada, dos pés à cabeça, nos laços de dependência da comunidade financeira internacional, a equipe econômica não tem encontrado fôlego para fugir a certas situações constrangedoras. Até hoje apresenta a recusa ao monitoramento do FMI como um grande passo no sentido de uma atitude independente e soberana em relação à dívida. Mas, ao não contestar a legitimidade dos débitos (diz que vai honrá-los integral-

mente), continua obrigada a engolir sapos e desaforos de fora.

A missão do Bird não pode ser encarada senão como uma interferência insolente nos negócios internos do país. O banco, controlado com mão de ferro pelo imperialismo ianque, prescreve a endividados como o Brasil a mesma receita do FMI. Não é mais bonzinho como alguns propagandistas cretinos divulgam.

Também tem um caráter nitidamente espoliador. Embora muito se propague que será uma possível fonte de "dinheiro novo", a verdade é que sempre retira mais da nossa economia do que aplica. Durante o ano fiscal concluído em junho do ano passado, por exemplo, recebeu líquido 257,2 milhões de dólares do país, enquanto "desembolsou" US\$ 716,3 milhões brutos em empréstimos, embolsou US\$ 496 milhões a título de pagamento do principal da dívida e mais US\$ 477,5 milhões de juros.



Foto: Marcel Poppovic

Eles estão pagando o que não devem. E exigem uma auditoria

externa brasileira), impondo dívidas fictícias à cooperativa e fazendo aumentar artificialmente o endividamento do país (veja matéria na TO nº 307). Neste caso, como também nos trambiques envolvendo o Bank of América - Bofa - e a Central-sul, uma investigação minuciosa demonstrou que, ao invés de credores, os poderosos bancos norte-americanos são devedores de uma soma inicial que passa dos 50 milhões de dólares.

DÍVIDA SUSPEITA

Logo na abertura da manifestação, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS, Plínio Hentz, questionou os gigantescos débitos externos do país (hoje totalizando cerca de 110 bilhões de dólares): "Existe realmente esta dívida? Como ela foi contraída? Esta nossa manifestação tem por objetivo básico responder a essas questões".

Ficou evidente que o endi-

merecer a confiança do povo. Fábio Gomes, advogado da Central-sul, observou: "Sabemos que o Banco Central deve ser o responsável por essa investigação. Mas a verdade é que também deveria ser o responsável por impedir coisas como as falcatruas do Bofa e do Citibank com as cooperativas gaúchas. Lá estão, no Banco Central, os mesmos que há cinco anos atrás assistiram o endividamento em dólares da Central-sul".

Há ainda um outro aspecto que vem sendo evidenciado. Como argumentaram vários agricultores, faz parte da estratégia dos bancos norte-americanos o interesse de arruinar as cooperativas agrícolas, inicialmente montadas para servir à política de exportações do regime militar. Passado o auge da soja, com os preços caindo pelas tabelas no mercado internacional, essas empresas teriam perdido sua função. Os bancos estadunidenses se apressam

meçamos a trabalhar quando criança e nos aposentamos somente aos 60 anos; não temos direito a assistência médico-hospitalar; a mulher não tem sua profissão reconhecida. Por esses e tantos outros motivos não queremos que a dívida externa continue a ser paga com a miséria do povo das cidades e do trabalhador rural".

O deputado federal Vicente Bogo, do PMDB, resumiu bem o espírito da manifestação ao argumentar: "É preciso que o governo brasileiro assumira uma postura mais clara, de questionamento desta dívida. O governo não pode ficar no meio do caminho. É necessário que a decisão de suspender o pagamento dos juros, por falta de recursos em caixa, seja transformada numa postura política em que o governo afirme, em alto e bom som, que vamos suspender o pagamento da dívida e realizar uma efetiva auditoria".

(da sucursal)

fascínio coreano

O Brasil deve seguir este exemplo?

discreto charme da burguesia emigrou e localiza-se, hoje mais que antes, na Ásia. Países como Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong e Singapura exercem um irresistível fascínio sobre as forças conservadoras. Ostentam taxas relativamente altas de crescimento econômico. Concedem toda sorte de privilégios e ampla liberdade aos capitalistas estrangeiros. Produzem sobretudo para exportar. Estão em dia com o pagamento de suas dívidas. E por tudo isto são apontados como modelos.

A Coréia do Sul vem merecendo um destaque especial da grande imprensa brasileira. O surto de crescimento do país nos últimos anos é comparado aos quatro ventos como exemplo a ser seguido pelo conjunto dos países dependentes. O recado seria particularmente ao Brasil já que, segundo seus defensores, o modelo coreano prova, entre outras coisas, que é possível compatibilizar a expansão do produto com o pagamento da dívida externa.

CRESCIMENTO

Depois de concluir um ciclo recessivo, em 1981, a economia da Coréia do Sul, atolada numa grande dívida externa, voltou a crescer tutelada pelo Fundo Monetário Internacional. No ano passado registrou o maior índice de elevação do PNB (Produto Nacional Bruto) em todo o mundo, de 12,5%.

É uma economia voltada para as exportações, vendendo ao exterior cerca de 40% do PNB. Nos dois últimos anos pagou juros e ainda amortizou uma parcela do principal da dívida externa, que foi, conseqüentemente, reduzida em 2,3 bilhões de dólares, estando atualmente em 44,5 bilhões de dólares. Ao lado disto, moderniza-se rapidamente, sendo inclusive uma importante fornecedora de produtos eletrônicos.

Combinam-se, portanto, crescimento econômico, pagamento da dívida externa e portas escancaradas para as multinacionais. Contudo, antes de entoar loas ao modelo coreano, é preciso indagar: a quem ele beneficia?

OS BENEFICIÁRIOS

A burguesia esforça-se por apresentar a expansão do capitalismo como um processo que resulta, automaticamente, em benefício de todos e não apenas dos seus interesses particulares. O exemplo da Coréia, como tantos outros, mostra que a realidade não é bem esta.

A jornada semanal de trabalho naquele país, em média, chega a 54,4 horas. Os salários, que vêm sendo abaixados ano a ano, são miseráveis. Mais de dois terços da força de trabalho recebem em torno de 120 dólares (cerca de Cz\$ 2.600) por mês, 10% ganham menos de 110 dólares. A remuneração dos operários industriais cobre somente 48% do custo da subsistência e, como aqui, raras são as empresas que pagam horas-extras ou feriados. Não obstante as decantadas taxas de crescimento, cerca de 600 mil trabalhadores enfrentam o desemprego.

aberto.

Desta forma, o "desenvolvimento" não é nada proveitoso à população de mais de 40 milhões residentes da Coréia do Sul. Pelo contrário. Ali, crescimento e pagamento da dívida são viabilizados, a um só tempo, graças à exploração sem freios da classe operária. É isto também que explica a presença e preferência das multinacionais pela região, a expansão do produto traduz-se, na verdade, em polpidos lucros da burguesia, em especial do capital estrangeiro.

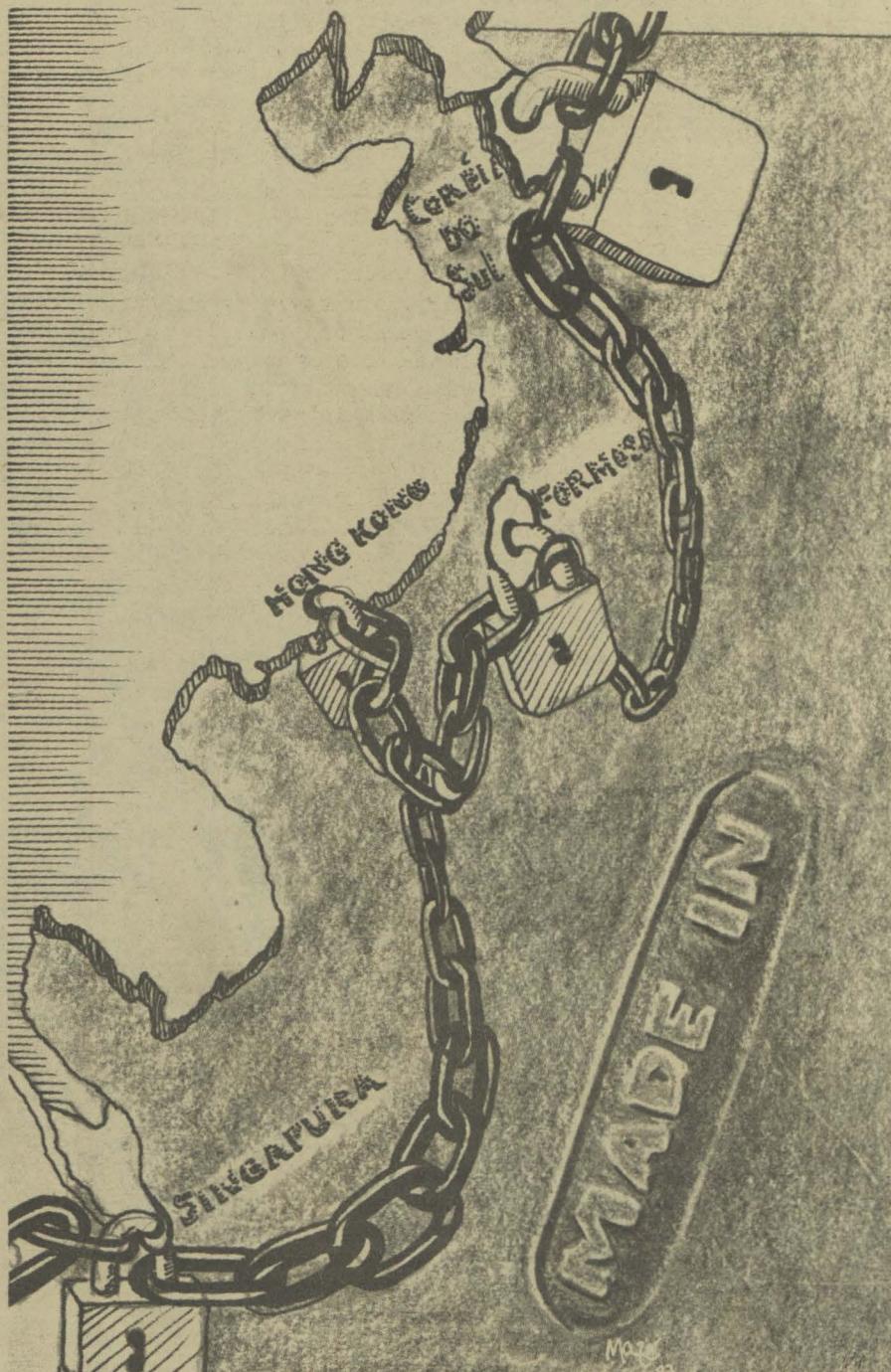
CONFÚCIO?

Um empresário japonês tentou explicar os baixos salários argumentando que "os coreanos fazem o melhor para suas empresas porque elas são parte deles mesmos". E há até quem tenha uma versão mais sofisticada, atribuindo à "racionalidade da filosofia de Confúcio, baseada na tradição chinesa", o espírito de sacrifício e "submissão" dos trabalhadores, pretensamente satisfeitos ou resignados com a situação.

Pode sem (quem sabe?) uma interpretação apressada, rude e pouco elegante, mas que as botas, os modos e as armas dos militares parecem convencer mais que os ensinamentos de Confúcio, isto lá parece. Desde o golpe de 27 de agosto de 1980, o país vive sob a ditadura terrorista do general Chun Du-Huan. O governo, títere dos Estados Unidos, gasta cerca de 4 bilhões de dólares por ano com a defesa, mantendo um efetivo militar de 622 mil homens (dados de 1984), sendo que só o imperialismo ianque conta com um contingente superior a 40 mil soldados na Coréia. Repressão, tortura e assassinatos de opositores são uma marca do regime de Chun Du-Huan. Nem isto, e nem o mestre Confúcio, lograram impedir a luta de classes no país. Os protestos populares são a cada dia maiores.

Em abril de 1985, milhares de trabalhadores ocuparam a indústria de automóveis Daewoo Motors. Aconteceram, em seguida, vários protestos estudantis e de outras categorias operárias, como têxteis. No ano passado, as manifestações dos trabalhadores por melhores salários foram intensificadas.

Apesar do forte controle governamental sobre os sindicatos, ocorreram mais de 40 greves. As demissões, prisão e tortura de lideranças e grevistas não impediram o acirramento da luta. Nos dois últimos anos, seis trabalhadores suicidaram-se protestando contra os



baixos salários e a repressão.

FORMOSA

Outro país da Ásia que é atualmente colocado no mesmo patamar da Coréia pela propaganda burguesa é Formosa, cuja economia, como a coreana, é caracterizada pela mais completa abertura ao exterior e liberdade às multinacionais. Com a maior reserva monetária do mundo (estimada, em fevereiro deste ano, em 51 bilhões de dólares) Formosa obteve, em 1986, o terceiro maior superávit comercial (depois do Japão e Alemanha), de 16,8 bilhões de dólares e nos três primeiros meses deste ano vendeu 2,73 bilhões de dólares a mais do que comprou.

Com uma população de 20 milhões de pessoas, possui uma dívida externa relativamente pequena, de 3,41 bilhões de dólares. Destina 4% das exportações ao pagamento dos débitos, com o resto do saldo comercial engordando as reservas. Tais reservas encavalam os lucros da burguesia, mas o país consegue as parcelas pagando os

miseráveis, situação que é sustentada pelo governo (a ditadura militar do general Chiang Ching-Kuo, que em 75 sucedeu seu pai Chiang Kai-shek, expulso da China pela revolução comunista de 49) através da repressão brutal e sistemática dos opositores.

Há ainda, Hong Kong, o terceiro principal centro financeiro do mundo, só superado por Londres e Nova York, maior exportador de têxteis, com as vendas externas representando 95% da receita nacional e inflação de 4% no ano passado. Um paraíso, para multinacionais. E, não é justo esquecer, Singapura, que infelizmente tem dado motivo a certo desgosto. Afinal, o capitalismo não é de ferro, não esqueceu a mania da recessão e em 1985 presenteou Singapura com uma forte queda na produção. Mas o governo do primeiro-ministro Li Kuan Yu (no poder desde 1959) encontrou uma solução à moda burguesa, para estimular os investimentos: aumentou de 15 para 25% a poupança compulsória sobre os salários, denominada



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Muita

Neste 1º



O 1º de Maio de 1987 encontra a classe operária e os trabalhadores em geral com fortes motivações para a luta. Os salários situam-se entre os mais baixos níveis de toda a história brasileira. O ano teve início com uma perda de 16% no valor real (ou efetivo poder de compra) dos salários médios comparando-os com 1986, como consequência da inflação descontrolada e manipulação de índices pelo governo.

“Foi uma queda violenta”, observou o técnico do Dieese, Antônio Prado, em entrevista à TO. E que coloca o conjunto dos trabalhadores do país em situação expressivamente mais precária do que a verificada no início da década, compondo um quadro de retrocesso insustentável, especialmente quando se considera que os rendimentos dos assalariados no Brasil sempre estiveram em patamares reconhecidamente miseráveis.

De acordo com dados coletados pelo Dieese, em convênio com o Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), estabelecendo-se em 100 o valor médio dos salários em 1985, verifica-se que eles chegaram a alcançar o nível 113,5 em agosto de 1986, mas desceram para 97,2 em dezembro do mesmo ano, por efeito do pacote econômico popularizado como Cruzado II.

Ressalve-se que a evolução do salário real médio é um reflexo pálido e impreciso dos prejuízos sofridos pelos trabalhadores. Cresce, por exemplo, com o aumento da jornada de trabalho através da realização de horas extras (intensas em função da depreciação do poder de compra) ou com alterações na estrutura funcional do mercado de mão-de-obra, quando se eleva a procura por força de trabalho mais qualificada.

Um outro indicador de empobrecimento é o salário mínimo, que em dezembro de 1986 tinha o menor valor dos últimos 35 anos, segundo estimativa do Dieese, sendo que, ao longo da história, ele vem desenvolvendo uma curva inversa à do Produto Interno Bruto.

Com efeito, a taxa de crescimento da economia, desde a década de 40, foi, em média, de 7% mas, em absoluto, não acarretou benefícios aos assalariados. Em estudo datado de janeiro deste ano, o Dieese observa: “A incorporação do crescimento do PIB *per capita* ao salário mínimo, se fosse perseguida como compromisso de responsabilidade social dos sucessivos governos desde 1940, teria possibilitado (se também não houvesse ocorrido uma vergonhosa queda de seu poder aquisitivo) que o salário mínimo valesse hoje Cz\$ 10.867,36. Parece um número fabuloso, mas ele estaria no horizonte das possibilidades.

Um cenário de penúrias, que persistem e se agravam ao longo dos últimos anos

Quase todo o valor do salário mínimo equivale, atualmente, não somente à ração essencial mínima para uma pessoa de 13 gêneros de primeira necessidade, quando é evidente que se somam ainda despesas com aluguel, transporte, educação e outras. E, mais do que isto, quando a

legislação determina que o menor rendimento deve corresponder às despesas essenciais de uma família com crianças e pessoas.

Ou seja, o salário mínimo é, hoje, absurdo social, humano. E juramos, embora a refinada visão de classe dos defensores da legalidade - implacável quando se trata de aplicar os entes autoritários da ditadura contra os trabalhadores - se transmudem em cegueira diante de tal aberração.

Esse cenário de penúrias, que persiste e se agravam ao longo da história, constitui, sem sombra de dúvida, o substrato acirramento da luta de classe entre capital e trabalho no país, fenômeno que produz um indistigável desconforto e dores de cabeça no Estado burguês atribuído pelos dominadores ao prepotente radicalismo de lideranças políticas sindicais.

A história recente é um registro de afrontas a cada dia mais agudas. As greves pipocam com frequência, são vigorosas e persistentes. E indubitavelmente tanto contaram para melhorias relativas, embora passageiras, nas condições de vida dos assalariados.

Foi o forte movimento grevista que ganhou a partir de 1978 - tornando-se particularmente explosivo em 1979 - forçou o governo do general Figueiredo a conceder reajustes semestrais de salários, alterando a legislação para ensaiar uma modesta política de redistribuição de renda ainda que entre os próprios assalariados, prevendo aumentos reais dos rendimentos mais baixos.

A legislação baixada no final de 1979, obstando o seu sentido primordial tendo sido o de conter o ímpeto grevista e, isto, dar maior fôlego ao regime militar, significou um recuo do governo e atendimento (limitado, é certo) de algumas reivindicações básicas dos trabalhadores. Assim, previa-se aumento de 110% do INPC para faixas de até três salários mínimos, reduzindo depois progressivamente o percentual do reajuste até rendimentos bem inferiores ao INPC.

Como resultado disto, e de outras conquistas obtidas em movimentos grevistas, os salários experimentaram um crescimento real - em poder aquisitivo - de 1979 a 1982, sendo que no segundo semestre de 1982 verificaram-se os maiores valores médios anuais dos últimos anos, segundo o técnico do Dieese, Antônio Prado. Foi uma recuperação evidentemente relativa e relativa a um período profunda repressão dos salários, foram os anos da ditadura implantada em 64 pelos militares.

A reação da burguesia, porém, não fez esperar. Logo se viu que a política salarial de Figueiredo teria curta duração. Já em 1981 a política econômica do governo sofria uma certa guinada, iniciando-se naquele ano o período de “ajuste interno” com vistas a viabilizar o pagamento da dívida externa. Obviamente, em consequência, uma queda no Produto Interno Bruto. É a recessão que se abriu às portas do país, com efeitos amargos para os trabalhadores e a nação. Em 1982 os militares dosaram as mãos das antipopulares que tinham em m

razões para lutar

os salários estão entre os mais baixos níveis históricos

aplicar, temendo um resultado por demais desastroso nas eleições para governador. E só após o 15 de novembro, com o país já completamente quebrado e inadimplente, recorreu ao Fundo Monetário Internacional.

A interferência direta do FMI na economia produz, em boa medida, os efeitos desejados pelos banqueiros estrangeiros, mas para o conjunto da população as conseqüências são terríveis. O período é caracterizado pelas várias cartas de intenções do governo ao Fundo, onde se leio a soberania nacional e em que o ponto cruel é a promessa de arrochar os salários, que não fica apenas na palavra.

Entre outras providências, o governo envia ao Congresso Nacional um sem-número de decretos-leis - sucessivamente derrotados - visando impor o rebaixamento dos rendimentos reais dos trabalhadores. Enfrenta uma resistência ferrenha da sociedade, que por pouco não desemboca em uma crise política sem retorno.

Os trabalhadores, pela primeira vez durante o regime militar, reagem com a greve geral e as manifestações do dia 23 de julho de 1983, realizadas em todo o país e que logram impedir a aprovação do DL 2045. O regime, contudo, não se dá por vencido. Com ameaças e chantagens de toda ordem - inclusive decretando o Estado de Emergência em Brasília - força a aprovação de uma lei de arrocho (o DL 2065).

As perdas foram drásticas em conseqüência da dívida, que a burguesia insiste em pagar

As perdas salariais do período foram drásticas. Salta aos olhos que a causa fundamental foi o pagamento da dívida externa. Os meios e instrumentos para impor a rebaixa dos salários foram, especialmente, a inflação e a recessão, acrescidas de artimanhas como os decretos-leis e a manipulação dos índices (por via dos desavergonhados expurgos).

A transferência de pesados recursos ao exterior exige um esforço sem medidas voltado para as exportações e implica numa violenta compressão do mercado

interno, exprimindo-se num duro choque de oferta de bens e mercadorias no mercado brasileiro. Como reduz também a poupança, provoca uma investida ainda maior da burguesia no sentido de rebaixar salários para preservar seus lucros.

Ao mesmo tempo, como o pagamento é transformado em responsabilidade do Estado (que concentra mais de 80% da dívida) requer o aumento do déficit público, das emissões e da dívida interna, levando a inflação a níveis sem precedentes na história do país. A alta dos preços dobra de patamar (de 100 para mais de 200%) a partir de 1982/83.

Aliada a este quadro sombrio, a redução do consumo e da renda destinada aos investimentos no interior do país conduzem ao ciclo recessivo de 81/84. O desemprego atinge milhões de famílias. E também ajuda a depreciar salários, ao aumentar o desequilíbrio na relação entre oferta e demanda de mão-de-obra.

Os trabalhadores sempre reagiram a essa soma de fatores adversos, mas não conseguiram impedir uma queda brutal dos salários, sendo forçados a uma defensiva contra perdas e por recomposição que perdura até hoje. Em momento algum nos quatro últimos anos os salários médios alcançaram os níveis de 1982.

Em 1984 e 1985, com a relativa recuperação da economia, os assalariados obtêm algumas melhorias. A inflação estabiliza-se, embora nas nuvens, tornando constantes as perdas dela decorrentes. E as campanhas pela conquista do reajuste trimestral, a partir de então generalizadas, arrancam do patronato uma recomposição parcial do valor real dos salários para várias categorias, sendo que em 1985 ocorreram alguns bons acordos coletivos, incluindo a conquista de reduções da jornada de trabalho.

1986, ano do Cruzado e do congelamento, registra uma continuidade da tendência de recuperação do poder de

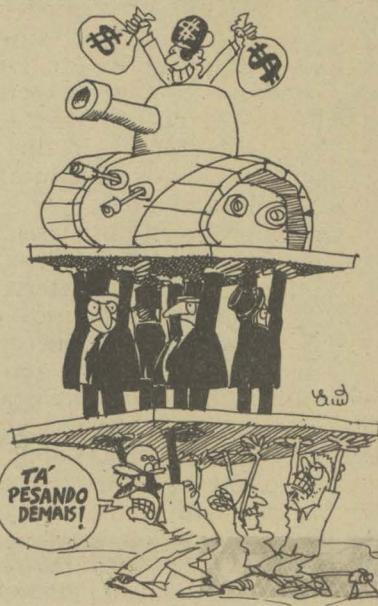
compra dos salários, que chegam a ficar próximos dos níveis de 1982. Mas somente até outubro, quando se dá uma certa flexão na política econômica do governo, que escolhe o caminho de conter a demanda, aumentar as taxações e realinhar os preços das mercadorias para enfrentar a crise econômica. Em janeiro, as perdas dos salários reais médios sobre o ano anterior é "violenta", de 16%, como repisa o técnico do Dieese, Antônio Prado.

Causa até graça verificar como os senhores capitalistas ficam indignados com os movimentos pacíficos dos trabalhadores em favor de melhores condições de vida, da dignidade. Luta mais que justa, diga-se de passagem, contra a qual o Estado burguês é raivoso, mobiliza urutus, soldados armados até os dentes e fuzileiros navais. Isto quando a qualquer pessoa de bom senso tornam-se inevitáveis interrogações sobre as razões que explicam a redução dos salários enquanto aumenta a produção e as riquezas apropriadas por uma meia dúzia de magnatas.

Os dados, na verdade, comprovam fartamente que o crescimento da economia capitalista ocorre unicamente em benefício dos donos do capital, significa a expansão de capitais privados, à expensa dos assalariados. Fenômeno que se processa com maior crueldade nas condições de um modelo econômico dependente como o nosso, que subsiste no tempo aprofundando em termos absolutos e relativos o empobrecimento do povo.

O atual regime mostra-se completamente impotente para garantir uma vida mais digna para os trabalhadores e impedir a espoliação da nação. Está caduco e merece apenas uma boa cova. Mas esta não se cava apenas por meio do movimento grevista, exige a elevação da consciência e do nível de luta da classe operária a um novo patamar.

(Umberto Martins e Pedro de Oliveira)



MOVIMENTO POPULAR E SINDICAL

NOTAS

Servidores-SP

Jânio: "grevista é no pau"



O prefeito da capital paulista, Jânio Quadros, reassumiu seu cargo na semana passada - após 40 dias de folga - disposto a "tratar no pau" a greve dos 106 mil servidores municipais, iniciada no dia 8. Recusando-se a negociar com os grevistas, ele já demitiu sumariamente cerca de 1.500 funcionários e acionou a polícia para reprimir os trabalhadores.

20 mil metalúrgicos parados

VOLTA REDONDA - RJ - As 19h30m do dia 22, cerca de 20 mil dos 22 mil metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entraram em greve, após exaustivas reuniões entre a direção da empresa e a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Cerca de 5 mil trabalhadores da Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN, e os 8 mil trabalhadores das empreiteiras prestadoras de serviços também aderiram à paralisação. Das 25 reivindicações, as principais são: 120% de aumento salarial; semana de 40 horas; e 100% sobre as horas extras. A direção da CSN ofereceu apenas 30% de reajuste. Os metalúrgicos permanecem acampados dentro da siderúrgica.

Professores pernambucanos

RECIFE - Os professores da rede oficial de ensino de Pernambuco estão em greve há um mês, exigindo o atendimento de duas reivindicações básicas: pisos salariais de três salários mínimos, para os de 1º e 2º graus, e de seis para o nível universitário; escolha dos diretores de escolas através de eleição direta. O governo se nega a atender a reivindicação econômica, alegando que a receita dos cofres do Estado só aumentará no segundo semestre. Mas a causa real da recusa é que, se atender os professores, abrirá um estímulo à demanda de outras categorias. Quanto à eleição direta para diretores, os caciques da política, principalmente no interior, não abrem mão de indicar os nomes para a diretoria das escolas.

Vigilantes solidários

SÃO PAULO - Vigilantes e motoristas da Brinks Sociedade Anônima Transportes de Valores entraram em greve no dia 22, deixando várias agências bancárias sem dinheiro. Segundo o Sindicato dos Vigilantes, no primeiro dia de paralisação foram feitas apenas quatro viagens de um total programado de quase cem. Os grevistas querem a readmissão de nove vigilantes demitidos porque lideraram um movimento na porta da empresa, antes da semana santa, onde exigiam o pagamento de um adiantamento dos salários. A Brinks se negava a negociar com os grevistas.

Protesto na PM carioca

RIO DE JANEIRO - O protesto na Polícia Militar carioca (envolvendo principalmente cabos e soldados do 13º e 16º BPM) no início da semana passada, reivindicando melhorias salariais, fim dos abusos de autoridade dos comandantes e melhorias nos alojamentos e na alimentação dos quartéis, dá seus primeiros frutos. No dia 22 o governador Moreira Franco assinou decreto prevendo investimentos da ordem de Cz\$ 200 milhões destinados às polícias civil e militar. O protesto dos PMs consistia em retardar a saída para as rondas de rotina nas ruas. A tensão aumentou com a prisão de várias lideranças do movimento.

Ameaças do governador

NATAL - RN - Os profissionais da área de saúde que trabalham para o Estado e que estão em greve desde o dia 13 foram ameaçados de demissão pelo governador do Rio Grande do Norte, Geraldo José Melo, caso não voltem ao trabalho. Geraldo Melo também afirmou que vai reduzir o quadro funcional da saúde ao "estritamente necessário" para que o governo possa "melhor trabalhar". Mais uma vez o povo e os servidores acabam pagando o ônus das más administrações públicas.

Paralisação na Unimep

PIRACICABA - SP - Os 7 mil alunos da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) ficaram sem aulas a partir do dia 22 devido a greve dos 371 professores. Os grevistas exigem um reajuste salarial de 135% sobre o salário de março de 86. A administração da universidade concordou em dar um reajuste parcelado de 78 e 8% para os professores em 1987 e 1988, respectivamente, para os que acumulam mais de 20 anos de serviço.

O prefeito também acionou a repressão. Depois dos feriados, a presença da PM nos locais de maior adesão à greve foi ostensiva. Vários grevistas foram detidos e até um repórter fotográfico foi molestado pelos policiais. Segundo o Comando da PM estadual, a solicitação da polícia partiu do próprio gabinete do prefeito.

POSTURA ARROGANTE

A posição truculenta de Jânio Quadros gerou descontentamento, inclusive entre os partidos que lhe dão sustentação na prefeitura. As bancadas do PTB e do PFL ainda tentaram reabrir os canais de negociação, lembrando as promessas do prefeito interino nesse sentido. Mas Jânio simplesmente se recusou a atender a solicitação, afirmando que "não tenho nada a ver com as promessas anteriores".

Segundo o Comando de Greve dos servidores, a onda de repressão desencadeada pelo prefeito baqueou o ânimo dos grevistas. A estimativa é de que na quinta-feira, dia 23, cerca de 40% dos 106 mil funcionários ainda se encontravam parados. A greve atingiu principalmente hospitais e pronto-socorros, que só atendem os casos de emergência, cerca de 80% das escolas municipais e algumas áreas operacionais das secretarias.

Os servidores, parados desde 8 de abril, reivindicam reajuste salarial de 62,36%, mais a incorporação do abono de Cz\$ 1.159,00 concedido no passado, e o disparo de dois gatilhos salariais. Segundo Maria Rita Cáceres, da Associação dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal, a luta da categoria vai prosseguir pela abertura das negociações e pela suspensão das dispensas, que tiveram "um nítido caráter político".

destituição de diretores e delegados de ensino.

CRISE E ARROCHO

O magistério estadual, que por lei tem um vencimento básico de dois salários e meio, hoje recebe apenas um. Diante desta situação e o fato do governo apresentar uma proposta de redução salarial, fez com que os professores entrassem em greve. Para a diretoria do Centro dos Professores (Cepers), além das reivindicações econômicas, tem uma proposta com um componente político de relevância para a situação econômica do Estado. Na opinião dos professores, a resolução do déficit público não pode passar pelo arrocho

salarial do funcionalismo e que a tentativa do governo estadual de enfrentar a crise financeira reduzindo os salários dos funcionários faz parte da mesma lógica de tentar pagar a dívida externa através do achatamento salarial do conjunto dos trabalhadores e da diminuição dos gastos públicos às custas, inclusive, dos investimentos.

Maria Gessi, do comando de greve, afirma que "a proposta do governador Pedro Simon, representa a continuidade de mais de dez anos de luta e que hoje os professores exigem apenas o cumprimento da lei que estabelece 2 salários-mínimos e o aumento de 86% do salário em 1987. Não se trata de um reajuste como base de cálculo para os que acumulam mais de 20 anos de serviço".

No sábado, dia 18, ao ocupar de surpresa seu cargo na prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros mostrou mais uma vez seus dotes de ditador. Assinou portaria determinando a punição dos grevistas com demissões e descontos dos dias parados; e interrompeu as negociações que se processavam entre o prefeito interino vereador Antônio Sampaio, e o Comando de Servidores. Posteriormente, em declarações à imprensa, garantiu que a greve "vai ser tratada a pau, porque é ilegal" e afirmou que "enquanto eles estiverem parados não tem conversa".

As dispensas têm sido anunciadas no Diário Oficial do município. Na terça-feira, 463 funcionários foram demitidos; e na quarta, mais uns mil trabalhadores foram dispensados. Novas listas sairiam, segundo Jânio. Entre os demitidos se encontravam desde as lideranças grevistas até servidores que estavam de licença ou em gozo de férias.

Servidores-RS

Greve para barrar arrocho do governador

A tentativa do governo gaúcho de enfrentar a crise financeira do Estado às custas do arrocho salarial de seus funcionários desencadeou uma onda de greve que atingiu a maioria dos servidores públicos. Os funcionários públicos lutam pelo cumprimento de uma lei aprovada o ano passado e que garante reajustes semestrais pelos índices da inflação. O magistério público estadual, além deste item, quer a garantia do plano de carreira.

Durante o feriadão da semana santa, o governo do Estado, ao mesmo tempo que afirmava estar aberto ao diálogo com o magistério e com o funcionalismo público, aproveitava para anunciar os grevistas com demissão, corte de ponto,

NOTAS

Professores em greve

Além da insensibilidade do governo em atender as reivindicações dos professores de ensino superior da rede federal, em greve há um mês, agora o MEC ameaça usar da punição. No dia 21 o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, reconheceu a existência da greve em notificação ao Ministério da Educação. Os docentes reivindicam aumento de 100%, isonomia salarial, adoção de um plano de carreira único e aposentadoria integral. Eles também querem mais verbas para as universidades federais. As negociações da Andes com o MEC foram reabertas no dia 21, depois de uma semana de interrupção, quando o ministro da Educação retirou a proposta de conceder reajuste imediato de 20%.

Eleição sindical - PA

Duas chapas já se apresentaram para concorrer às eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Belém e Ananindeua, que serão realizadas entre 2 e 4 de junho. A Chapa 1, apoiada pela atual diretoria, é encabeçada pelo presidente do Sindicato, Raimundo Moacir Martins, que lutou junto com outros trabalhadores para derrotar uma diretoria pelega que dirigiu o Sindicato por 15 anos, até 1984. Raimundo também mobilizou a categoria para expulsar da diretoria os elementos que traíram os interesses dos trabalhadores. Estes traidores expulsos da atual diretoria se juntaram com os pelegos da época da ditadura militar para formar a Chapa 2, recebendo apoio financeiro dos patrões e da própria Federação pelega que luta pelo domínio do Sindicato.

Grilagem no Pará

Mais de mil famílias de posseiros das terras devolutas da Gleba Maguari, no município de São Félix do Xingu, Pará, estão sendo ameaçadas de perder suas terras pelos grileiros Solon Alves Pimenta, Anísio de Souza e Urias Silva. Os padres Dário Maso e Ângelo Pansa, que apóiam a luta dos posseiros pela posse da terra, já foram ameaçados de morte. O pistoleiro Pedro Frota Leite foi contratado pelo fazendeiro Urias da Silva para eliminar as lideranças dos posseiros. O pistoleiro confessou que receberia Cz\$ 60 mil para matar o padre Dário e mais Cz\$ 10 mil por cada posseiro morto da Colônia Três Rios. (Ernânio, de Altamira)

Povo na Constituinte

A CGT e a CUT do Pará - que estão programando um 1º de Maio unitário - organizaram no dia 12 de abril, em Belém, no auditório da OAB, um debate sobre o tema "Participação popular na Constituinte". Cerca de 100 pessoas ouviram os pronunciamentos do deputado federal constituinte do PC do B de Goiás, Aldo Arantes, e do ex-deputado Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo. Foi consensual entre os presentes a proposta da formação de plenárias pró-constituinte nos Estados, além da criação de uma ampla frente democrática e progressista, como forma de organizar as massas no sentido de pressionar os Constituintes a aprovarem propostas que contemplem os trabalhadores na nova Carta Magna. (Valdez Cardel, Pará)

Fetag-BA

União contra a violência

Dezesseis trabalhadores rurais assassinados, oito feridos à bala e 11 presos arbitrariamente em conflitos de terra no ano passado. Pequenos produtores sem crédito agrícola, sem preços mínimos assegurados e com dificuldades na comercialização. Recuo no Plano Regional de Reforma Agrária, que desapropriou menos de 20% da área prevista (somente 156 mil dos 840 mil hectares estipulados) e assentou apenas 2.489 famílias das 26 mil anunciadas pelo governo.

É neste quadro que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag) realiza, nos dias 25 e 26 de maio, o seu congresso eleitoral que escolherá a nova diretoria da entidade para o triênio 87/90 e deverá reunir perto de mil trabalhadores rurais.

Ao lado de eleger a nova direção da Fetag, o congresso discutirá a posição do movimento sindical rural sobre as questões cruciais que hoje preocupam o homem do campo, especialmente a reforma agrária.

Até agora, somente uma chapa se articulou para disputar a eleição. Ela é encabeçada pelo atual presidente da Fetag, Aurelino Bastos da Guarda, e deve contar com o atual secretário-geral da entidade, Wilson Martins Furtado, além de outros sindicalistas de prestígio e pelo menos duas mulheres - Carlíce Sena, do STR de Retorolândia, e Maria Alcântara, de Itaberaba. O seu programa de trabalho contém propostas claras em defesa da reforma agrária antilatifundiária e pela suspensão do pagamento da dívida externa.

BALANÇO POSITIVO

Especialmente após a derrota do pelego Estevam Nunes, que dirigiu a Fetag até 1985, a luta dos trabalhadores rurais baianos cresceu e avançou. A diretoria que agora encerra seu mandato, formada por uma composição ampla de forças que inclui os comunistas, dinamizou a entidade. O número de sindicatos duplicou, passando de 141 em 1985 para 281 em 1987. Foram feitos vários encontros no interior e o Congresso Estadual em 1985.

A Fetag também participou ativamente dos vários encontros organizados pela



Foto: Milton Mendes Filho

Manifestação dos trabalhadores rurais em 1985

luta dos assalariados. Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e destacou-se no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado no ano passado. Neste evento foi tomada a decisão histórica de se democratizar a estrutura do sindicalismo rural, promovendo eleições em congresso das diretorias das federações e da Contag. Além disso, a Fetag da Bahia assumiu papel de vanguarda na luta pela reforma agrária, realizando as maiores manifestações de rua do país - como a de 85 que reuniu cerca de 20 mil pessoas e a do ano passado com 10 mil participantes.

DEBILIDADES

Mas há muitas debilidades a corrigir, segundo avalia a diretoria atual. A Fetag enfrenta dificuldades, especialmente estruturais, para acompanhar o acirramento das contradições no campo. Segundo Wilson Furtado, ex-presidente do STR de Correntina e atual secretário-geral da Fetag, "é preciso democratizar ainda mais a nossa entidade". Ele observa que existe muita centralização nas decisões e lembra o fato de que quase nunca a diretoria se reúne completa. Destaca também que os polos sindicais criados em 17 regiões do Estado ainda funcionam precariamente e dão pouco acompanhamento à

luta dos assalariados.

Furtado defende uma maior renovação nas direções de alguns sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), que continuam com práticas imobilistas. No início do ano houve uma importante vitória nesse sentido, com a eleição de uma diretoria progressista para o STR de Ilhéus e Itabuna, na importante região cacauzeira da Bahia.

O dirigente sindical está preocupado com a necessidade da federação intervir mais na política agrícola do

de conflito e não ofereceram as mínimas condições de produção para as famílias", diz.

VIOLÊNCIA

A grande luta da nova direção da Fetag, no entanto, continuará sendo pela posse da terra e contra violência no campo. Dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra registram, somente no ano passado, 34 casos comprovados e documentados de conflitos pela posse da terra no Estado, envolvendo 2.478 famílias de lavradores numa área de 75 mil hectares em litígio. Nessas áreas é que ocorreram os 16 assassinatos, inclusive de dirigentes e lideranças sindicais.

O governo continua privilegiando os latifundiários. Um único caso de grileiro e mandante de crime punido foi registrado no governo passado, embora todos os assassinos sejam por demais conhecidos pelo povo. Os relatórios da CPT e da Fetag encaminhados à Justiça dão nomes aos mandantes e executores das violências - alguns dos quais são figuras de destaque na sociedade baiana, a exemplo de Manoel Vargas Leal, no sul da Bahia.

A impunidade persiste e incentiva a violência. A organização terrorista dos latifundiários, UDR (União Democrática Ruralista), já se instalou em sete regiões do Estado, realizou vários leilões de gado e patrocinou violências contra posseiros e pequenos produtores. O presidente do organismo, Gileno Calheiro, foi derrotado nas eleições de 15 de novembro, mas a entidade conseguiu eleger alguns representantes para a Assembleia Legislativa - mas nenhum se assume como tal.

A nova diretoria da Fetag, eleita em maio, também encontrará uma nova realidade no governo do Estado. Eleito com mais de 1 milhão e meio de votos de diferença para o candidato da direita, Waldir Pires assumiu compromissos públicos com os trabalhadores rurais. Mas terá dificuldades para encaminhar a luta contra a grilagem e pela distribuição da terra, já que a composição de forças que o elegeu comporta alguns setores do latifúndio no Estado.

(Pedro Augusto Pereira, da Fundação Maurício Grabois)



Foto: Manuel Porto

Wilson Martins

Estado. "Precisamos ter propostas concretas, nossas, para um programa de irrigação e combate à seca", afirma. Ele cobra também maior participação no Plano Regional de Reforma Agrária. "Os assentamentos na Bahia limitaram-se às áreas

Ocupações-SP

Despejo ronda os sem-terra

A ameaça de despejo está tirando o sono das 30 mil famílias que ocuparam os terrenos baldios na Zona Leste de São Paulo. As ações de reintegração de posse já começaram em alguns bairros, com apoio da PM. Na região de Guaianazes, onde o movimento começou e está mais organizado, os moradores dizem que resistirão. "Todo mundo está preparado para não sair", diz uma ocupante, mãe de três filhos.

Às vésperas de completar dois meses de ocupação dos terrenos, o clima está tenso entre os moradores. Até o fechamento desta edição haviam sido expedidas 59 liminares de reintegração de posse. Em algumas áreas várias famílias foram desalojadas. O governador Quéricia deu uma no cravo e outra na ferradura. Ao mesmo tempo que seu secretário da Habitação, Adriano Branco, prometia a construção de 20 mil casas populares aos ocupantes, a PM agia na expulsão das famílias.

Existe basicamente dois tipos de resistência à ação de despejo. Uma, preconizada por setores mais atrasados da Igreja, de contestar juridicamente a validade das liminares de reintegração de posse, mas com a chegada da polícia as famílias desmontam os barracos e se retiram.

As lideranças mais combativas - concentradas principalmente na região de Guaianazes - propõem resistir como puder na defesa da terra.

Elgito Boaventura, líder dos ocupantes, confirma que "a polícia está vindo como um furacão". Sem titubear, acrescenta: "Mas, se eles vierem aqui o povo vai resistir de qualquer forma. Nós estamos mantendo um esquema de defesa para toda a Guaianazes". A disposição de luta não se restringe apenas aos líderes. "Aqui nós não vamos deixar a polícia desalojar a gente", explica Maria José Santos, mãe de três filhos pequenos.

Os moradores, com toda esta disposição de luta, sabem que enfrentam forças poderosas. Entre os proprietários das extensas áreas abandonadas estão, por

exemplo, a multinacional Ford e a Sharp brasileira, cujo dono, Mathias Machiline, é amigo pessoal do presidente Sarney. O terreno da Sharp, cuja liminar de reintegração de posse já foi executada, faz parte de uma área declarada de interesse social pelo governador Montoro em maio de 1986, onde deveriam ser construídas habitações populares. Um outro terreno é tão extenso, que daria para alugar aproximadamente 13 mil famílias.

Os especuladores imobiliários se beneficiam das atuais leis, já caducas diante uma realidade social explosiva. Uma nova lei que regula o uso do solo urbano, mais avançada que a atual, continua engavetada há quatro anos no Congresso.

Numa região onde 60% da área urbana está ocupada por lotes vazios, à espera de valorização, ao mesmo tempo que milhares de famílias não têm onde morar, a ocupação passa a ser um meio de ação legítima. Para o presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, Nabil Bonduki, "as ocupações têm um papel de denúncia maior do que qualquer outra coisa". Ele acha que "a solução estrutural deste problema passa por uma reforma urbana por mecanismos que permitam desapropriar terrenos ociosos nas mãos de poucos, sem indenização ou pagável com títulos da dívida pública".



Diariamente os ocupantes de Guaianazes fazem assembleias.

Sorocaba-SP

A luta pela terra para plantar

Na madrugada de 10 para 11 de abril, cerca de 30 famílias ocuparam as terras da Fazenda da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, no bairro Ipanema das Pedras, próximo a Sorocaba, a 92 quilômetros de São Paulo. Celso Ferrer, líder do grupo, afirma que apenas 30% da fazenda é produtiva. O restante da área pertencida a particular, que utilizam a mão de

obra dos bóias-frias. Na segunda-feira, dois dias após a ocupação, cerca de 50 policiais desmancharam as barracas, colocaram as famílias em caminhões e os despejaram em Sorocaba. Na terça-feira uma comissão dos acampados manteve uma audiência com o secretário de Assuntos Fundiários, Osvaldo Ribeiro, que pediu um prazo de 15 dias para resolver o problema.

No dia 14 os sem-terra decidiram retornar à fazenda e acamparam em frente ao portão principal, onde permanecem à espera de uma resposta. O vereador Roberto Carvalho do PC do B de Buritama, esteve no local prestando ajuda e afirmou que "a situação ali é de fácil solução porque as terras são do Estado".

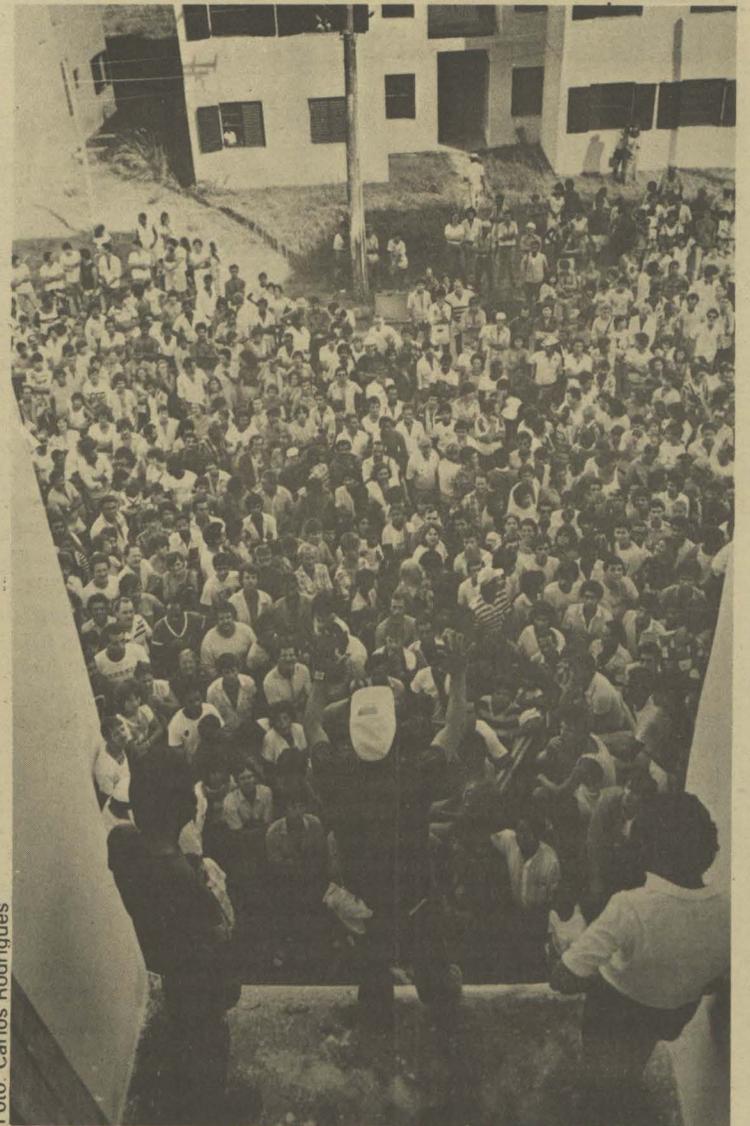


Foto: Carlos Rodrigues

Assembleia no conjunto habitacional de Alvorada

Ocupações-RS

O direito de ter casa

Num espaço de dez dias cerca de 15 mil pessoas ocuparam seis conjuntos habitacionais vazios em diversos municípios da grande Porto Alegre. Os altos preços dos aluguéis empurraram estas famílias para estes prédios.

A primeira da série de ocupações ocorreu no núcleo habitacional Campos Verdes, em Alvorada, município próximo a Porto Alegre. Cerca de dez mil pessoas ocuparam os 2.040 apartamentos da Cohab (Companhia de Habitação do Estado), na tarde do dia 14 de abril. A grande maioria são pessoas que não têm condições de pagar aluguel. É o caso do estivador Agripino, que ganha salário-mínimo e tem mulher e dois filhos para sustentar. "Se eu pagar aluguel as crianças vão passar fome e não posso deixar elas irem parar embaixo de uma ponte".

"Nós queremos pagar, mas que seja um preço justo", explica Jesuino Gunter, um dos ocupantes. Betti, uma das novas moradoras do conjunto da Cohab, representante da comissão de segurança, diz que os ocupantes estão dispostos a pagar 87 mil reais

salários mensalmente pelo direito a um apartamento.

EFEITO DOMINÓ

A ocupação do Alvorada fez com que diversas outras famílias se apoderassem de outros conjuntos. Afinal, existe uma situação absurda, enquanto a falta de moradias é gritante, a Cohab mantém 26 mil casas e apartamentos desocupados, sendo deteriorados pelo tempo. É o exemplo do Conjunto Guajuviras, em Canoas, com 4.990 apartamentos prontos há dez anos. No dia 19 mais de mil famílias ocuparam aproximadamente mil destes apartamentos. A Brigada Militar cercou o local, gerando em clima tenso. No município de Cachoeirinha, dia 21, cerca de 50 famílias tomaram posse das casas do Conjunto Parque Esperança.

Na capital gaúcha, na manhã do dia 21 ocorreram duas ocupações. Cem pessoas entraram no núcleo Rubem Berta, da Cohab e outras 400 pessoas se apoderaram do conjunto Sarandi. Na manhã do dia 22 havia notícias de que o conjunto Jardim Leopoldina também havia sido ocupado. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Por um novo tipo de governo

Em reunião realizada nos últimos dias 11 e 12, o Diretório Nacional do PT pronunciou-se pela manutenção do presidencialismo no país. Seu argumento é que no Brasil não existem partidos fortes. Com isto, apega-se ao secundário e esquece o principal: no Brasil sempre existiram presidentes fortes, que serviram e servem às oligarquias, que instauraram em diversas ocasiões governos despóticos.

Em nosso país, desde a proclamação da República, o sistema presidencialista caminhou para a centralização excessiva de poderes nas mãos do Executivo e, com o tempo, esta tendência acentuou-se. No período do regime militar esta realidade tornou-se ainda mais dramática uma vez que o presidente - sempre um general - passou a acumular funções superiores às de qualquer rei. E no mundo capitalista, assolado por crises cada dia mais graves, a burguesia defende, cada vez mais, os "Executivos fortes".

Sendo assim, o presidencialismo não tem como ser amaciado, como prega o PT, retirando do Executivo prerrogativas como a do decreto-lei e outras adquiridas durante a ditadura. O sistema está historicamente deformado e superado. É necessário um novo sistema de governo.

Não se imagina, evidentemente, com a simples mudança da forma de governo, alterar o conteúdo de classe do Estado burguês. Mas trata-se de encontrar um sistema de governo mais sensível à pressão popular e que contrarie a tendência de centralização dos poderes do Executivo.

GOVERNO FLEXÍVEL

Os comunistas, e importantes forças democráticas, entendem que para formar um governo mais democrático, que não seja estático e intocável como é a figura do presidente no sistema atual, é necessário dividir as responsabilidades entre o Executivo e o Legislativo - e evidentemente proceder também a modificações no Legislativo para que ele reflita melhor a correlação de forças entre a população.

O governo seria formado por um Conselho de Ministros, responsável perante o presidente da República e o Congresso Nacional. Este governo pode ser substituído em caso de perda de confiança do presidente ou do Congresso; em virtude de grave crise política; diante de manifestação expressiva de oposição de amplos setores da população.

Atualmente, o presidente permanece no cargo sejam quais forem os problemas que surgirem durante o seu mandato. Só se conhece caso de substituição através de golpes militares (ou então, evidentemente, em caso de morte). Um governo de co-responsabilidade poderia ser substituído mais facilmente, permitindo maior participação popular na vida política e também maior participação dos parlamentares.

O fato de não existirem partidos fortes, como argumentam os petistas e algumas outras forças, não é motivo suficiente para não se alterar o sistema para uma forma mais democrática. Alguns dizem que poderia haver uma instabilidade muito grande pela rápida mudança de opinião dos partidos poucos definidos. É um receio, sem fundamento, da democracia. O que nos aflige não é a possibilidade de mudanças e sim a imutabilidade que tem caracterizado o poder desde a proclamação da República. Não existem partidos fortes devido à falta de liberdade em toda a história do Brasil. Não se pode argumentar com isto, que é consequência, para justificar a manutenção dos velhos esquemas.

(Rogério Lustosa)

O trabalhador e a imprensa

Dois tipos de jornal

"Aqui na Globo, bandido não fala". Esta frase, dita há alguns anos por um dos editores do Jornal Nacional, espelha muito bem a linha de jornalismo adotada pela imprensa burguesa. Bandido no caso é todo aquele que se coloca contra o sistema estabelecido.

Assim, um professor que paralisa suas atividades reivindicando um salário decente e condições mínimas de trabalho para que possa de fato ensinar, é apresentado como um desalmado que deixa milhares de estudantes sem aula. O operário grevista é taxado de impatriótico porque causa tantos milhões de prejuízo. O cidadão que tem seu aluguel aumentado de 300 para 3.000 cruzados e que ocupa um terreno de algum especulador para construir um mísero barraco, é qualificado como agressor da propriedade privada, malandro e outras coisas. Quem reivindica e luta por seus direitos é qualificado de extremista. Quem tem como ideal o socialismo é acusado de totalitário.

Jornalistas pagos para desinformar

Nesta imprensa os mocinhos são o Dr. Romeu Tuma, da Polícia Federal, os grandes banqueiros e empresários, o ilustre deputado Delfim Netto ou o senador Roberto Campos, os ministros militares e tantos outros, baluartes da ordem e da família.

Os jornalistas, sob a pressão constante do "padrão Globo", têm suas próprias idéias sufocadas. Não relatam o que vêem, são levados a destacar particularidades que induzem o público a formar uma visão distorcida da realidade. São pagos para trabalhar a informação de acordo com o pensamento dos patrões. E para cumprir esta tarefa dispõem de um aparato formidável, que vai dos computadores aos satélites artificiais.

O repórter que vive a notícia

Para enfrentar esta máquina poderosa, contrapõe-se a imprensa operária e popular. Sua tarefa é informar, vendo o mundo com a lente da teoria científica, colocando o trabalhador no seu verdadeiro lugar como peça chave na transformação revolucionária da sociedade. Não tem muitos recursos mas



conta com milhares de colaboradores em todo o país.

Este é o esforço da **Tribuna Operária** desde o seu nascimento em 1979. E agora, com esta edição especial, pretendemos dar ao leitor uma imagem do novo jornal que pretendemos fazer. A possibilidade de sucesso deste projeto não está em algum grupo de iluminados que sabe tudo. Pelo contrário. Nossas fontes de informação são os milhares de trabalhadores conscientes que levantam a voz contra a exploração capitalista. Nossos correspondentes são operários, camponeses, estudantes, que na maioria das vezes nunca escreveram uma reportagem mas que sabem ser necessário divulgar sua experiência de luta para os companheiros em todo o Brasil.

Boa parte das matérias que chegam à redação vêm acompanhadas de pedidos de desculpas pela letra e pelos borrões. Mas vêm impregnadas do sentimento de sinceridade e de participação viva nos acontecimentos. Trazer a marca da classe mais avançada da sociedade, que produz tudo e não tem nada. E que tem como missão histórica construir um novo mundo.

Esta edição experimental não foi apoiada nas condições mínimas que precisamos, como por exemplo correspondentes fixos nos principais Estados. Mas num esforço coletivo, procuramos nos aproximar ao máximo

do novo jornal que pretendemos construir dentro de algum tempo.

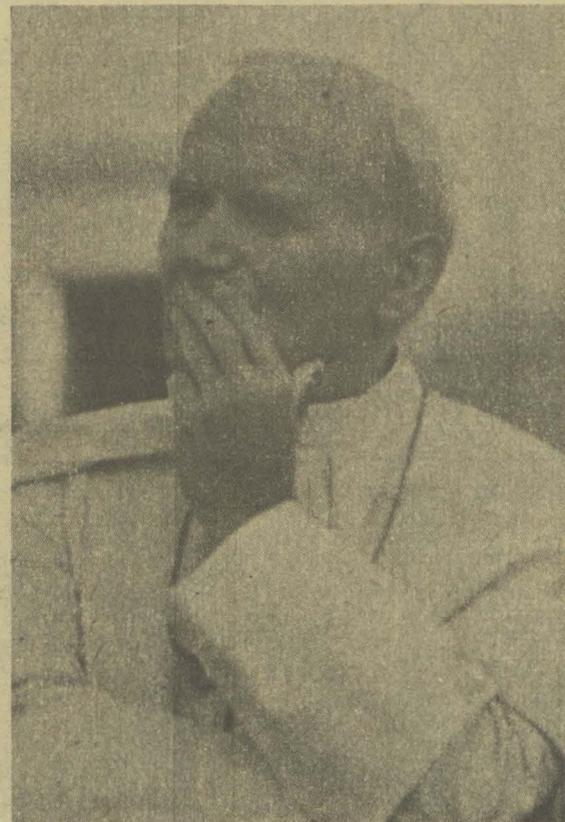
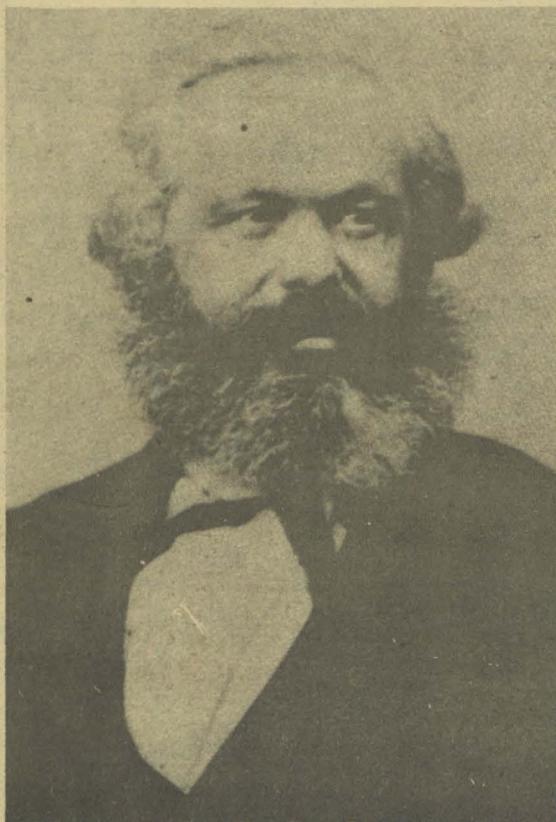
O novo jornal depende da sua participação

Solicitamos que cada leitor faça sua crítica e mande para a redação as suas opiniões. Que os responsáveis pelas sucursais procurem discutir coletivamente esta experiência e vejam como podem colaborar para corrigir os erros. Que levem este projeto para amigos que sejam estudiosos do assunto. É principalmente para as fábricas, para os povoados, para as escolas, para recolher as idéias do povo.

Junto com a discussão sobre o conteúdo e a forma, precisamos também avançar na questão das vendas e da sustentação material. Como levar o jornal para os trabalhadores conscientes? Como promover atividades de finanças para garantir o apoio material à imprensa operária?

Caro leitor. Aqui, de fato, bandido não fala. Explorador, ditador, torturador são categorias que não têm vez neste jornal. Pedimos a sua colaboração para construir este instrumento de luta do povo.

Papa cria polêmica ao proibir pesquisas apelando para valores morais. Há mais de um século Marx já falava dos que temiam o avanço da ciência



Genética

Quem tem medo do conhecimento?

Grande polêmica vem se desenvolvendo no Brasil e no mundo acerca do documento recentemente divulgado pela Igreja católica, através do papa, que condena de forma categórica a continuidade das experiências na área da engenharia genética, particularmente no que diz respeito ao congelamento de embriões e a inseminação artificial.

No bojo de suas críticas a Igreja católica apela aos valores morais e, em nome principalmente destes valores, proclama sua proibição e avalia o desenvolvimento destas pesquisas científicas.

Nesta conjuntura, os cientistas levantam seus argumentos. Alguns defendem a continuidade destas experiências, afirmando que a ciência é independente destes valores. Outros, de forma simplista, admitem os argumentos da Igreja; no entanto, tentam resgatar a importância do desenvolvimento destas experiências, principalmente em nome dos casais que por razões biológicas não conseguem conceber seus próprios filhos sem que haja a ajuda desta área complexa da ciência.

CIÊNCIA NEUTRA?

É preciso que situemos em primeiro lugar que a ciência não tem vida absoluta, ou seja, não existe por si só. Não se desenvolve, nem é produzida de forma independente e neste enfoque não é neutra, isenta de apreensões, valores e interesses.

Neste sentido, Marx afirmava no texto "A Ideologia Alemã": "São os homens que produzem suas representações, suas idéias, etc., mas os homens reais atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de produção que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar".

Numa sociedade de exploração, onde os homens se dividem em explorados e exploradores, em classe dominante e classe dominada, o conhecimento científico nos seus três aspectos fundamentais (ou seja, como é produzido; qual o produto deste conhecimento; e com que objetivo é produzido), está diretamente ligado ao domínio de uma classe sobre as outras.

Este elemento não é de modo algum abstrato, é possível constatá-lo através de uma simples pergunta: quem financia a ciência? Quem tem o poder de decidir sobre seu produto e utilização?

Na nossa sociedade muitos são os problemas sentidos pelo povo, que necessitam soluções. No entanto, muito dinheiro é gasto produzindo conhecimentos que ao invés de solucionar estes problemas, pretendem outros fins completamente alheios às necessidades da maioria, mas respondendo às necessidades e interesses de uma minoria no poder.

No mesmo texto Marx ainda afirma a este respeito:

"Em todas as épocas históricas a classe que dispõe dos meios de produção material, dispõe igualmente dos meios de produção intelectual".

Isto não quer dizer, no entanto, que a ciência não tem uma certa e relativa autonomia. Isto ocorre, principalmente, porque o conhecimento científico tem um caráter acumulativo, ou seja, cada vez que o homem conhece mais a realidade, mais se abre para ele a possibilidade de conhecer.

Assim a ciência se desenvolve e o homem, através deste conhecimento, vai tendo cada vez mais controle sobre a natureza, a sociedade, etc. O conhecimento, neste sentido, é elemento de liberdade para o homem e não tem limites. Os limites estão no momento histórico onde ele é produzido, como já dissemos. Estes são limites principalmente econômicos que podem ou não se manifestar de forma direta ou indireta através das relações sociais.

Podemos perguntar: é errado o homem dominar a complexidade da genética e poder através deste domínio entender melhor a formação biológica? De nada serve este conhecimento? Devemos negá-lo como conhecimento?

A estas perguntas a resposta nos parece clara. O conhecimento da realidade em todas suas variantes tem grande importância e não deve ser negado. No entanto, como as coisas não são assim tão sim-

ples, este conhecimento é utilizado e produzido segundo os limites já expostos anteriormente e aí o que se observa: o congelamento de embriões que ficam a mercê do mercado, a altos preços.

Mas a questão é mais profunda, precisamos descobrir porque diante do fato, a Igreja levanta uma crítica de cunho extremamente moral? Isto pode ser respondido a nosso ver, se entendermos melhor as razões da crítica moral que a Igreja elabora e qual o seu conteúdo de fato.

Ao fazer este tipo de crítica e com tal impacto, a Igreja escamoteia que determinados conhecimentos interferem no grau de manutenção da exploração. Neste caso este conhecimento coloca em cheque determinado modelo de estruturas sociais que auxiliam e fortalecem a relação de exploração e de poder; o modelo de família é uma das mais fortes estruturas deste tipo.

POSIÇÃO DA IGREJA

A exploração, ao contrário do que muitos pensam, não se dá somente pela apropriação direta do trabalho. Ela assume, em nossa sociedade e em todas as sociedades de exploração, desdobramentos e reflexos mais amplos. Ela se expressa numa concepção específica de família na relação desigual entre homem e mulher e também no conceito de paternidade materna.

Não é por acaso que esta polêmica foi iniciada com tanta força agora e há muito que se desenvolve estas experiências. O limite a estas pesquisas se manifestou principalmente com a questão das mães de aluguel, que começou a questionar de maneira abrupta todas as concepções colocadas anteriormente.

Não é ao acaso também que a Igreja não se posiciona de maneira clara, com a mesma impetuosidade moral, contra as pesquisas também na área biológica, que como sabemos tem trabalhado e produzido mutações genéticas em bactérias nocivas, que tem por objetivo a ameaça psicológica e concreta aos povos de todo o mundo.

Não queremos com estas reflexões negar a necessidade da crítica à produção científica, isto porque numa sociedade dividida em interesses opostos, ela não só é imanente como necessária, nela lutam concepções antagônicas de ciência, e este antagonismo de classe leva ao impulsionamento em nossa sociedade do desenvolvimento da própria ciência.

No entanto a crítica deve buscar a essência das questões, deve buscar se posicionar no sentido de colocar a ciência como fator do desenvolvimento da sociedade. Deve apontar no sentido da luta contra a exploração do homem pelo homem. Só assim, através da luta, é possível a construção de uma sociedade justa e livre. (Machado Guasco)

Argentina

Os carrascos querem a impunidade

A crise militar enfrentada pela Argentina na Semana Santa acabou demonstrando que o fim do regime militar não significou um ponto final para o militarismo. E deixou exposto o profundo abismo que divide os argentinos: de um lado, a casta militar que se julga intocável e acima da Justiça; de outro, uma sociedade mobilizada e disposta a defender o regime democrático.

A rebelião começou na quarta-feira, em Córdoba, quando o major Ernesto Barreiro refugiou-se no 14º Regimento de Infantaria Aerotransportada, uma unidade de elite, para não comparecer à Justiça. Ele é um dos cerca de 250 militares indiciados nos processos sobre a "guerra suja" movida pelo regime militar contra seus opositores entre 1976 e 1983.

Dois dias depois, o foco da sublevação estava transferido para a Escola de Infantaria do Campo de Mayo, a alguns quilômetros da capital, tomada pelo tenente-coronel Aldo Rico à frente de algumas dezenas de oficiais intermediários. Lá, ele proclamou suas exigências para a rendição: o fim dos processos contra os militares; demissão do chefe do Estado-Maior do Exército (general Hector Rios Ereñu, que não estaria defendendo seus comandados); e uma reformulação global da alta cúpula, afastando os atuais generais.

"Exigimos uma solução política para um fato político como foi a guerra contra a subversão". Estê trecho do comunicado dos revoltosos do Campo de Mayo dá bem a idéia de qual é a sua tese. Eles se queixaram das "injustiças e humilhações que pesam sobre as Forças Armadas" e da "indisciplina, desconfiança e desprestígio" que elas provocam. De quebra, manifestaram sua descrença nos atuais comandantes militares para enfrentar esta situação.

IMPUNIDADE

Por trás destas exigências e queixas, uma manifestação clara de que os militares não aceitam ser julgados pelo que fizeram durante os anos em que estiveram no poder. Os homens que tomaram os quartéis afirmam que não estavam "sublevados contra as instituições, mas apenas num motim". Negam, portanto, que estivessem pretendendo derrubar o governo constitucional. Seu movimento seria apenas "uma reação contra o generalato do Exército, liderado por Rios Ereñu".

O tenente-coronel Aldo Rico e seus colegas de rebelião são militares que participaram ativamente da "guerra suja" como integrantes dos "grupos de tarefa" que executaram as missões repressivas. Caçavam e seqüestravam os opositores; interrogavam e torturavam os presos em unidades militares e campos

de concentração, sem qualquer formalidade legal; executavam-nos friamente e escondiam seus corpos no rio da Prata, no mar ou em cemitérios clandestinos.

A comissão encarregada pelo presidente Raúl Alfonsín de investigar os crimes da ditadura comprovou 8.960 casos de presos políticos assassinados e dados oficialmente como desaparecidos. No total, cerca de 30 mil mortes foram denunciadas por amigos ou familiares, entre elas de cem crianças.

O tenente-coronel Aldo Rico e seus colegas eram, na época da ditadura, oficiais inferiores, os tenentes que faziam o "trabalho sujo". Agora, alegam o princípio da "obediência devida" aos superiores para justificar suas ações. Ao reclamarem um "tratamento político" defendem, na verdade, a legitimidade da guerra de extermínio contra a oposição, a que dão o curioso nome de "inimigo interno" - um ente abstrato cuja erradicação teria sido confiada aos militares "pela Nação".

Se os militares sublevados no Campo de Mayo se resumiam a algumas dezenas, não se pode dizer que o restante do Exército argentino não os acompanhasse pelo menos em suas exigências. Nenhum pronunciamento em defesa da Justiça foi feito pelos comandantes militares durante a crise. Os oficiais médios dos regimentos de Infantaria de La Tablada, na periferia de Buenos Aires, e de La Plata chegaram a depor seus comandantes. Outras unidades enviaram aos rebeldes mensagens de solidariedade.

A extensão da crise pôde ser sentida pela virtual incapacidade do general Rios Ereñu em debelar a sublevação. O chefe do 2º Exército, general Arturo Alais, recebeu ordens de deslocar tropas até o Campo de Mayo, mas teve de ficar no meio do caminho, esperando inutilmente que mais unidades sob seu comando se apresentassem: os coronéis que as comandam diretamente resistiam a marchar contra seus "camaradas de armas". Na noite de sábado, depois de reunir-se com seus imediatos, Rios Ereñu foi obrigado a confessar a Alfonsín que não tinha condições de ordenar a tomada da Escola de Infantaria.

CONCESSÕES AO MILITARISMO

Sem esquema militar, Alfonsín anunciou na tarde do domingo sua decisão de ir pessoalmente ao Campo de Mayo obter a rendição de Rico. Ele foi, reuniu-se com o coronel e voltou à Casa Rosada para anunciar perante a multidão concentrada diante da sede do governo: "Os amotinados desistiram de seus propósitos. Não se derramou sangue".



A mobilização popular foi imediata, repudiando a sublevação dos militares

Quando estourou a crise, o presidente declarou ao Parlamento que não havia hipótese de acordo com os militares sublevados: "A democracia não se negocia". Mas Alfonsín acabou negociando. O general Rios Ereñu foi substituído no próprio domingo, e pelo menos outros 13 generais serão reformados. Em seu breve discurso na Casa Rosada, no domingo, ele chegou a se referir aos revoltosos como "heróis da guerra das Malvinas" - e foi vaiado pela multidão. E já não falou em "golpistas", mas em "amotinados". Não se trata de uma questão menor: pela tentativa de subverter a ordem constitucional eles poderiam ser condenados à morte; por simples "insubordinação", as penas são menores e restritas à esfera militar.

Mas a concessão mais perigosa parece ser a disposição manifestada pelo presidente de acelerar uma decisão da Justiça sobre a validade nos julgamentos do princípio da "obediência devida". Logo no dia seguinte, dirigentes dos principais partidos políticos argentinos insinuavam a necessidade de acabar de vez com os processos contra os militares, acenando com a possibilidade de uma anistia - ainda que camuflada através da absolvição das centenas de militares indiciados.

"Nossos objetivos foram alcançados. Chegamos a um acordo com o presidente da República, um pontapé inicial para a reconciliação das forças militares e policiais com o povo argentino". Encerrada a crise, o coronel Aldo Rico fazia esta avaliação em entrevista coletiva à imprensa, nas dependências da própria Escola de Infantaria de onde comandara sua sublevação. Enquanto isso, militares "leais" a ele comemoravam a solução do impasse

com champanhe e abraçavam-se aos oficiais "leais" ao governo, armados ainda com seus fuzis de combate.

UM PAÍS DIVIDIDO

Talvez em um ponto Rico exagere em suas avaliações. Quando fala na "reconciliação com o povo argentino". Desde as primeiras horas da crise a sociedade civil mobilizou-se como por passe de mágica em defesa da ainda frágil democracia. Multidões concentraram-se em frente à Casa Rosada, na Praça de Mayo, e mesmo diante da Escola de Infantaria do Campo de Mayo, para exigir a rendição dos militares, significativamente, foi contra manifestantes que tentavam entrar na unidade sublevada para render os sediciosos que as tropas "leais" fizeram sua única ação de combate, dispersando-os com bombas de gás e cassetetes.

A vigília cívica se manteve até a rendição do coronel Rico, e talvez tenha contribuído decisivamente para limitar os desdobramentos da rebelião. Em todo o país, nas principais cidades, multidões se reuniram para reafirmar o apoio ao governo constitucional e repudiar as tentativas golpistas, numa mobilização social que ultrapassou as fronteiras dos partidos políticos.

Ao mesmo tempo em que o militarismo dava sinais claros de vida e poder, um outro poder pôde mostrar sua força na crise de Páscoa argentina. O abismo aberto durante o regime militar entre as Forças Armadas e a sociedade civil, ao contrário do que diz o coronel Rico, é hoje mais profundo. Contornada a crise, a Argentina que emerge é, antes de mais nada, um país dividido entre a democracia e o militarismo.



Albânia

O socialismo transparente

A França se arma

A Assembléia Nacional da França aprovou o orçamento de 78 bilhões de dólares para investimentos de guerra nos próximos cinco anos. A cifra corresponde a um aumento de 11% em relação aos gastos previstos com o setor este ano. Os imperialistas franceses querem incorporar armas químicas ao seu arsenal e usar satélites para fins bélicos.

González ataca

A polícia do governo social-democrata de Felipe González atacou um ato de metalúrgicos espanhóis no último dia 16. Os operários protestavam contra a demissão de 146 dos 400 operários da empresa estatal Cemesa. Um operário foi atingido, à bala, no crânio. O ato ocorreu 24 horas depois de uma greve nos transportes públicos - a segunda, em cinco dias.

Era de borracha...

A Guarda Civil de Felipe González lançou-se contra os proletários espanhóis valendo-se de tanques blindados, bombas de gás lacrimogêneo e revólveres. A exemplo dos soldados de Jânio Quadros em São Paulo, os policiais dizem que usaram balas de borracha. Seja qual for o material, 20 manifestantes ficaram feridos.

Lá vem sermão

Um grupo de católicos dos EUA pediu ao papa João Paulo II que corte pela metade o número de sermões que fará no país, em setembro. Os fiéis dizem que os problemas da Igreja "não poderão ser debatidos dentro do espírito do Evangelho se não ouvirmos uns aos outros". Os católicos querem que o papa não só fale, mas também ouça um pouco seu rebanho.

Pecado capital

O tribunal italiano confirmou, dia 13, a ordem de prisão contra o arcebispo Paul Marcinkus diretor do Banco do Vaticano. Íntimo de João Paulo II, Marcinkus foi condenado por envolvimento em assassinatos, subornos, malversação de recursos financeiros e outras tentações terrenas. Ele é também suspeito pela morte do papa João Paulo I.

Exemplo concreto

O segundo maior banco da Itália, Banca Commerciale Italiana, e o Gosbank, banco central da URSS, fizeram um acordo "meio a meio" para financiar projetos industriais e comerciais entre os dois países. Esta união com os especuladores financeiros italianos foi anunciada pelo Gosbank como "exemplo concreto das novas diretrizes econômicas de Gorbachev".

Igual, mas diferente

Rong Yirem, presidente da China Internacional Trust and Investment (empresa que objetiva atrair capitais para o país) disse que o ativo da firma quase quadruplicou entre 1984 e 1986. "Nossos métodos não são muito diferentes dos utilizados pelo Ocidente (capitalista), mas somos socialistas", afirmou Yirem, sem dizer, con-

A República Popular Socialista da Albânia não parece atraída ou sequer impressionada com a linha reformista de Mikhail Gorbachev - a *glasnost* (transparência, em russo) e sua derivada econômica, a *perestroika* (reconstrução). Em vez de flertarem com modelos capitalistas ocidentais, os albaneses têm seguido um caminho oposto e avançaram, até limites nunca alcançados antes, naquilo que chamam "a completa construção da sociedade socialista".

A revista "Rruga e Partise", órgão do Partido do Trabalho da Albânia, comenta com ironia mordaz o último pleno do Comitê Central do PCUS, que proclamou "um novo curso de reorganização qualitativa em todos os aspectos da sociedade soviética", com "mais socialismo" e "mais democracia". Para a revista, "a pretensão, como se vê, é grande, mas fica a pergunta: o que obriga os novos dirigentes a realizarem este 'Pleno Histórico', como começa a ser chamado em Moscou?"

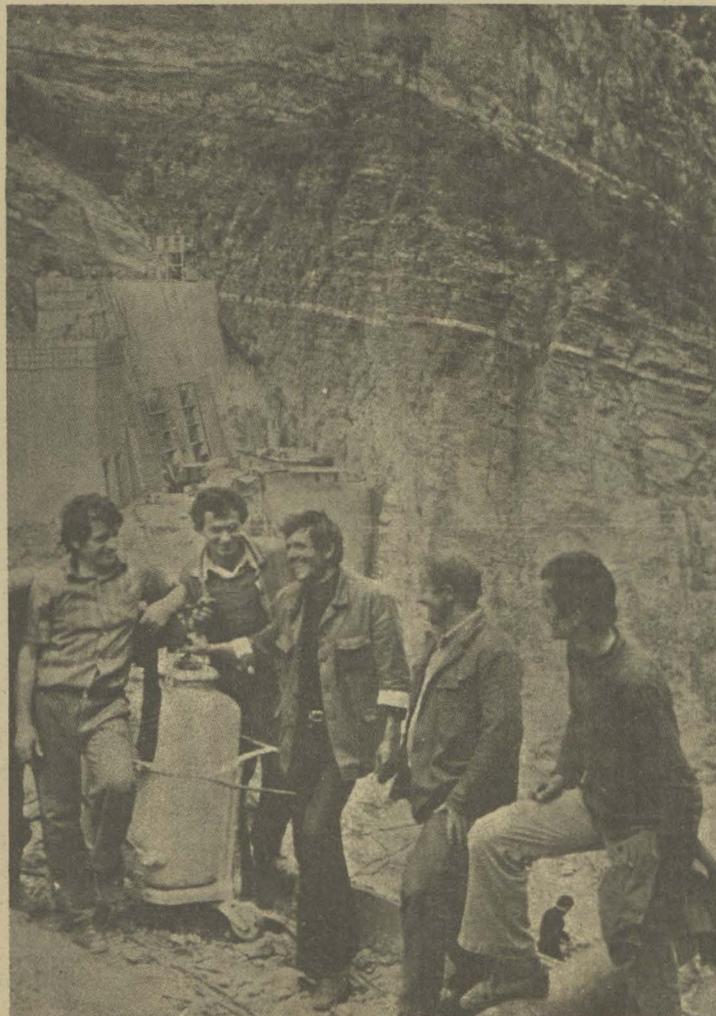
No tal pleno, o secretário-geral do PCUS afirmou: "Foi criado todo um sistema que interrompeu o desenvolvimento sócio econômico e entrava seu avanço". "O país perdeu a sua força motora, as dificuldades e problemas sem solução se acumulam e manifestam-se elementos de estagnação". "O abismo entre a realidade diária e o bem-estar pretendido tornou-se cada vez maior". E várias frases do mesmo teor.

Segundo o secretário-geral do PTA, Ramiz Alia, as dificuldades soviéticas "não são fruto de erros subjetivos do passado, como se pretende, mas do próprio sistema capitalista ali restaurado. Elas não podem ser curadas com decretos nem reformas".

SOCIALISMO VIVO

A imprensa costuma pintar esta atitude da Albânia como prova de conservadorismo. A verdade, no entanto, é bem outra. As modificações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Albânia nada têm a ver com as de Gorbachev. Mas existem e são de uma profundidade extraordinária.

Desde a revolução de



Na Albânia, o operário fala grosso contra o burocratismo

índices de crescimento mais que duas vezes superiores aos da URSS ou dos EUA, ultrapassando inclusive os ritmos da Alemanha e Japão. Este desenvolvimento é autosustentado, pois a Constituição albanesa proíbe o ingresso de capitais estrangeiros ou o endividamento do país.

Mas o traço que distingue a economia albanesa de todas as outras é a completa socialização. Desde os anos 60, a propriedade e as atividades econômicas privadas deixaram de existir. Desapareceu, assim, a pequena produção que, segundo Lênin, "gera capitalismo, constantemente e em grande escala" (e que, segundo Gorbachev, agora será amparada e incentivada...)

No campo, vigoram dois tipos de propriedade socialista - a cooperativa (propriedade coletiva dos trabalhadores que a integram) e a fazenda estatal; entre os dois, criou-se um tipo intermediário, a cooperativa de tipo superior (o Estado funciona com o "sócio" dos cooperativistas). Ao mesmo tempo, o "quintal cooperativista", onde os camponeses plantam ou criam para sustento próprio, foi-se redu-

sistema político original, que combina eleições periódicas, diretas e secretas, com o controle de toda a vida nacional pelas massas, e a direção do PTA com a participação direta dos trabalhadores, sem intermediários e com elevada vigilância. Um bom exemplo é o processo de elaboração da Constituição, ocorrido em 1976. O projeto da Carta foi levado para reuniões onde participaram mais de 1,5 milhão de habitantes. Mais de 300 mil pessoas deram sua opinião, modificando o texto constitucional em vários aspectos.

A participação das massas no governo, nas decisões econômicas e em tudo mais é um purgante poderoso contra as tendências burocráticas como as que vitimaram a URSS. "Quando fala a classe, o burocratismo não fala", costumam dizer os albaneses. E, na Albânia, a classe operária fala grosso.

A GUERRA DA IDÉIAS

De todas as frentes da completa construção socialista, a que se mostra mais dinâmica é a ideológica. A Albânia comprou esta briga. Seu povo se considera em processo de revolucionarização ideológica ininterrupta, buscando vencer todos os restos da velha sociedade, todas as concepções individualistas deixadas por milênios de exploração do homem pelo homem, toda a pressão ideológica que o mundo capitalista descarrega sobre o país.

Esta revolucionarização se torna ainda mais complexa por não se dirigir indiscriminadamente contra tudo que vem do passado. Poucos povos dão tanto valor como os albaneses às suas tradições culturais populares, à sua identidade nacional e a seu passado de lutas. Mas estes valores, no socialismo, adquirem um conteúdo novo. É o combate para afirmar este conteúdo marca todos os aspectos da vida social, desde a atitude diante do trabalho, do descanso, dos grandes problemas do país e do mundo, até questões como o namoro, o casamento, a família, a emancipação da mulher, a crítica e a autocritica não só de cima para baixo mas também e muito especialmente de baixo para cima. Em todo este universo ideológico, observa-se a olhos vistos o dinamismo da revolução socialista.

eficaz rede estatal de abastecimento.

CAPACIDADE E TRABALHO

No país vigora o princípio socialista: "De cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme seu trabalho". Mas também aí há transformações. Até fins dos anos 70, a relação entre os salários mais baixos e os mais altos era de 1 para 2,7 (extremamente reduzida, portanto). Surgiu então um movimento entre os quadros que ganhavam melhor, solicitando a rebaixa de seus salários (!) e, quando este se generalizou, a diferença caiu para menos de um para dois. Os preços dos bens de consumo nunca aumentaram e já sofreram 16 rebaixas sob o poder socialista.

Os albaneses assumem orgulhosamente que seu sistema é a ditadura do proletariado, um sistema espantosamente democrático. Para começar, a base do poder, que é o uso da força, não é monopólio de uma casta militar. Todo cidadão é um soldado, e todo soldado um cidadão. Até as mulheres participam neste esquema e é comum ver, nas ruas, moças com submetralhadoras à tiracolo, partindo para o treinamento militar.

15 anos da Guerrilha do Araguaia

"Tenho ainda na memória visual aquele verde intenso das matas amazônicas, na lembrança o rosto querido de todos os camaradas com quem convivi, cheios de fé e esperança, homens e mulheres que tinham na alma o amor à liberdade e no coração uma profunda dedicação às massas pobres e oprimidas de nossa terra!" Assim referiu-se João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil - PC do B - ao cenário e aos personagens desta página gloriosa da história do povo brasileiro que foi o movimento guerrilheiro do Araguaia, durante a homenagem prestada aos que deram a vida na resistência à repressão desencadeada pelo Exército há 15 anos no sul do Pará. Nas últimas semanas, em vários pontos do Brasil, entidades democráticas, parentes e amigos dos combatentes das Forças Guerrilheiras do Araguaia e o PC do B realizaram atos públicos lembrando a importância heróica da façanha do Araguaia, que revelou com grande força a fibra do povo brasileiro que nunca se acovardou ante os déspotas de todos os tempos.

A REVOLTA DO POVO

"Naquele período negro", lembrou Amazonas, "os generais arrogantes, prepotentes e covardes - porque assassinaram pessoas desarmadas e indefesas - só eram valentes nos interrogatórios monstruosos onde comiam atentados contra os direitos humanos. Mas aquele punhado de heróis e heroínas soube responder-lhes na cara que esta nação não é um país de pusilânimes. Ontem como hoje existem milhões de brasileiros dispostos, novamente se preciso, a enfrentar os assassinos, corruptos, espancadores, torturadores até agora



de seus parentes e amigos e um verdadeiro show de música popular, com a participação de Titani, Clésius e Théo Azevedo entre outros.

IMPUNIDADE DOS MILITARES

Acendendo tochas e colocando flores junto à estátua de Tiradentes, símbolo da liberdade, os parentes e amigos dos guerrilheiros do Araguaia renderam também suas homenagens aos mortos e desaparecidos, como o fazem desde o fim da guerrilha, no Rio de Janeiro, em frente à Assembléia Legislativa. Depois eles se dirigiram até a Câmara Municipal, onde foi realizado ato solene no salão nobre daquela casa, que contou com a presença de Elza Monerat, 74 anos, uma das poucas pessoas que sobreviveram ao massacre praticado pelas Forças Armadas. Dona Cirene Moroni Barroso, mãe de Jana Moroni, a "Cristina", na ocasião clamou contra a impunidade em relação aos "assassinos e torturadores".

Outro ponto marcante das homenagens ficou por conta de Ivone Torres e Fred, que cantaram músicas

que fizeram a partir dos poemas e textos escritos pelos guerrilheiros. Com a presença de representantes da UNE, UEE, UJS, Sindicato dos Médicos e outras entidades, a deputada Jandira Feghali, do PC do B, lembrou que "enquanto o general Figueiredo e outros torturadores promoviam missa para comemorar mais um aniversário do golpe de 64, o PC do B e vários democratas participavam de um ato em homenagem ao exemplo de resistência dos brasileiros".

CARTA PARA SARNEY

Enquanto isso, na Bahia, o Comitê de Anistia e Direitos Humanos e familiares dos desaparecidos do Araguaia promoviam igualmente suas homenagens. O ato foi dirigido pela presidente do CADH Ana Maria Guedes, com a participação de vários partidos políticos, como o PT, PDT, PMDB e PC do B. No final foi aprovada uma carta a ser dirigida ao presidente José Sarney, exigindo o andamento da ação de esclarecimento sobre os acontecimentos do Araguaia. O presidente da Assembléia Legislativa, Coriolano Sales, do PMDB, disse que a sociedade brasileira busca a realização da justiça para os que tombaram na luta contra a ditadura. O padre Rizo Rossi, que percorreu quatorze presídios brasileiros, na década de 70, visitando presos políticos, destacou que "não existe perdão sem justiça".

No Espírito Santo, no auditório do Sindicato dos Jornalistas, cerca de 200 pessoas homenagearam cinco

combatentes capixabas assassinados pelos militares. O próprio prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Roberto Valadão, inaugurou o poster de seu irmão, Arildo Valadão, que teve a cabeça decepada e pendurada em uma árvore na selva da região. Segundo Valadão, "as Forças Armadas brasileiras têm uma tradição de crueldade". José Soares, ex-deputado do PTB do Pará, atualmente residindo no Espírito Santo, como profundo conhecedor da região do Araguaia, destacou o amor que a população local nutria pelos guerrilheiros. Por fim, o líder do PC do B na Assembléia Legislativa, João Martins, deu entrada em um projeto de lei para que a parte externa do complexo cultural Carmélia de Souza ganhe o nome de Arildo Valadão.

Em Santa Catarina, o ato que lembrou os 15 anos da guerrilha foi realizado em Florianópolis, com a presença de uma centena de universitários, onde se destacou a participação dos estudantes durante a luta no Araguaia. Em Belo Horizonte, os familiares e vários democratas compareceram a um ato público na Casa do Jornalista, e em Brasília, o escritor Jayme Sautchuk fez uma palestra sobre a luta guerrilheira. Com estas homenagens e outras tantas que ainda se realizam por todo o país, o povo brasileiro lembrou o 15º aniversário desta batalha que entrou para o patrimônio gigantesco das lutas populares em nossa terra.

(das sucursais)

Em defesa da verdade

A revista Veja, em sua última edição, na seção RADAR, publicou uma nota injuriosa, intitulada "Amazonas faz revisão do Araguaia". João Amazonas respondeu através de carta afirmando que "a matéria é absolutamente forjada, não contém uma linha de verdade. Admirase que essa revista publique mentira tão deslavada que serve apenas para desmoralizar seus editores. Jamais fiz qualquer revisão da guerrilha do Araguaia, acontecimento marcante na história das lutas revolucionárias de nosso povo. Não escrevi, nem distribuí documento algum, como diz a revista, por ocasião do 15º aniversário desse evento. Durante o ato comemorativo desta data, ao qual estiveram presentes de 800 a 1.000 pessoas (o redator de RADAR cinicamente diz que havia no local 18 membros do Partido!) divulgou-se três textos sobre a guerrilha: dois datados de 1982, escritos por guerrilheiros e uma entrevista que dei em 1987, textos, todos eles, de reafirmação do glorioso feito da resistência armada no sul do Pará. O articulista de VEJA despudoradamente põe aspas em citação inexistente em qualquer documento de minha lavra".

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TRÊS TEXTOS SOBRE A GUERRILHA

Apenas Cz\$ 10,00 Pedidos para a Editora Anita Garibaldi - rua Bororós, 51 - 3º andar - fone 278.3220 São Paulo - Capital
Pedidos pelo reembolso postal apenas acima de Cz\$ 250,00

POSTER ARAGUAIA

15 ANOS, DE JAYME LEÃO

Apenas Cz\$ 50,00
Pedidos para Diretório Regional do PC do B - São Paulo
rua Bororós, 51 - térreo - fone 279.3646
São Paulo - Capital



socialista

Três textos sobre a guerrilha

101-92-925



1º de Maio

Primeiros embates na América Latina

A decisão de celebrar o 1º de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores foi tomada no Congresso da Internacional, dirigido por Friedrich Engels, em 1889 na França. A Segunda Internacional, como ficou conhecida (a Primeira Internacional, dirigida por Marx e Engels, funcionou de 1864 a 1875; durante a Guerra Mundial de 1914-18, a Segunda Internacional degenerou-se e traiu os trabalhadores), estabeleceu: "Será organizada uma grande manifestação internacional em data fixa, de maneira que em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores imponham aos poderes públicos a redução legal da jornada de trabalho a 8 horas e a publicação das demais resoluções do Congresso Internacional de Paris".

E aduzia: "Considerando que uma manifestação similar foi convocada já para o 1º de Maio de 1890 pela Federação Americana do Trabalho em seu congresso de dezembro de 1888 celebrado em Saint Louis, esta data é adotada para a manifestação internacional".

Quando o desenvolvimento do movimento operário europeu e norte-americano se expressava na formação de grandes centrais sindicais e partidos políticos, o que culminou com a fundação da Segunda Internacional em 1889, na América Latina ainda estava em nascimento a classe operária. Suas origens se encontram na produção de matérias-primas e produtos alimentícios, impulsionada pelos investimentos norte-americanos e britânicos, e nas obras de infraestrutura e de serviços, necessárias para a exportação aos centros industriais. Porém a grande massa da população continuava sendo rural, o que diminuía o peso social dos operários.

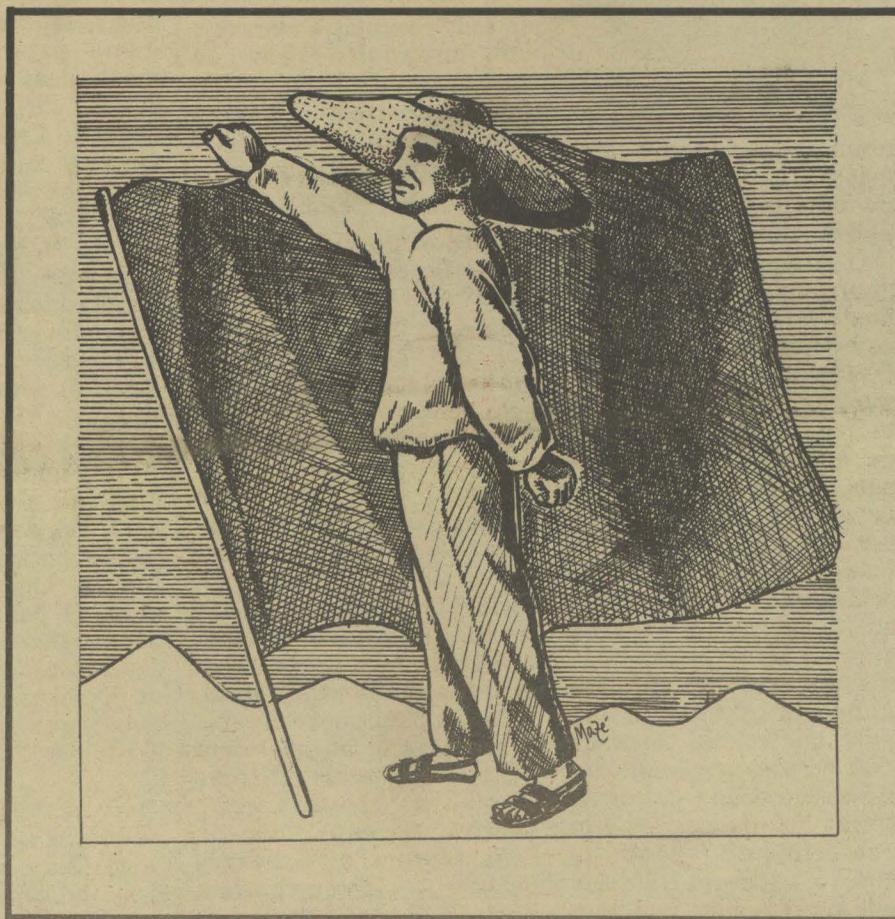
Os Estados latino-americanos desse período eram dirigidos por setores oligárquicos aliados ao capital estrangeiro que expressavam seu domínio em diversas formas políticas, como a estável República de Argentina ou a monarquia imperial no Brasil, que em 1889 passa a ser república, ou o prolongado governo de Porfírio Díaz no México ou o domínio colonial hispânico em Cuba, até 1898.

Influências que vieram da Europa

A vinculação econômica com os países industrializados facilitava a difusão de idéias socialistas. Quando é fundada a Segunda Internacional, suas resoluções e estatutos são publicados no México; na Argentina, é criada uma seção francesa e no Uruguai fala-se de uma seção nacional. Em Cuba, os trabalhadores espanhóis se relacionam com a seção da Espanha, e no Brasil essa mesma relação é estabelecida com a seção portuguesa.

Quando se decidiu, em Paris, a comemoração do 1º de Maio como manifestação internacional dos tra-

Protestos reivindicando melhores condições de trabalho e jornada de 8 horas; enfrentamentos diretos com as autoridades governamentais. Assim o 1º de Maio começou a ser celebrado na América Latina no século passado. Em alguns países que viviam sob regimes ditatoriais, as primeiras manifestações tiveram o caráter de festa, com o apoio do governo. Mas mesmo nessas condições os verdadeiros líderes operários encontravam espaços para dar ao Dia do Trabalhador o sentido de luta dos assalariados por um mundo melhor.



balhadores, a Argentina vivia relativa prosperidade. O país exercia enorme atração sobre os emigrantes europeus. A imigração era tanta, que em 1887 52% da população de Buenos Aires era de estrangeiros, e isso mesmo morando na capital 25% da população total da Argentina.

Nesta grande massa de imigrantes, formada por italianos, espanhóis, franceses e alemães, se encontravam muitos militantes do movimento operário. Por isso é na Argentina que se efetuam os primeiros atos latino-americanos do 1º de Maio com a orientação e conteúdo afinados com a Segunda Internacional e na primeira data fixada para todo o mundo: 1890.

Um comitê organizador foi formado em 30 de março, que aprovou um documento reivindicando: jornada legal de 8 horas, proibição de trabalho noturno e de menores de 14

anos, proteção à mulher trabalhadora, descanso dominical, controle sanitário e de higiene na venda de alimentos e bebidas, seguro contra acidentes e a criação de tribunais integrados por operários e patrões para solucionar pendências. O comício ocorreu no Prado espanhol, com a presença de umas 3 mil pessoas. Além do espanhol, os oradores falaram em italiano, francês e alemão.

Vários empresários ameaçaram despedir seus funcionários que participaram da celebração do Dia do Trabalhador. Ocorreram atos também em Rosário, Bahía Blanca e Chivilcoy. O Comitê Internacional Operário, constituído para celebrar os atos, organizou depois a Federação dos Trabalhadores da Região Argentina.

Em Cuba, no dia 20 de abril de 1890, 15 dirigentes operários divulgaram um manifesto convocando a

população de Havana para o Dia do Trabalhador. No 1º de Maio ocorreu uma passeata, com uns 3 mil participantes. As autoridades estabeleceram praticamente o estado de sítio e todas as ruas percorridas pelo desfile operário foram ocupadas por policiais. No comício de encerramento, os oradores denunciaram a miséria em que viviam os proletários, reclamaram a jornada legal de 8 horas, a igualdade entre brancos e negros, denunciaram a "ordem social existente" e conclamaram a unidade e solidariedade dos trabalhadores.

A adesão de todo um continente

No Brasil, o primeiro Dia do Trabalhador ocorreu em 1892. O grosso dos trabalhadores se concentrava no campo. Mas em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro já vivia um razoável contingente operário. Havia grande número de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis.

Desde 1890 o Dia do Trabalhador era discutido, mas apenas em 1892 ocorreram manifestações. No Rio de Janeiro foi diante do Teatro Municipal. Em Porto Alegre foram proferidos discursos em alemão, italiano e português. Em São Paulo, no Centro Operário, um orador advogou "a causa socialista".

Também em 1892 ocorreu o primeiro ato no México. O país vivia sob o regime de Porfírio Díaz, desde 1884. A celebração foi realizada com prévia autorização do governo, e ocorreu no norte do país, em Chihuahua. O chefe militar da região facilitou bandas militares que encabeçaram os desfiles. O ato foi chamado "Festa do Trabalho". Mas não faltaram oradores que criticassem o governo.

No Uruguai, em 1896, ocorreu manifestação. No Chile, em 1898, atos foram efetuados em Santiago e Valparaíso, organizados pela União Socialista. No Peru, em 1905, o ato envolve uma romaria à tumba de um operário morto numa greve, em Callao, e uma concentração em Lima. Na Bolívia, os atos de 1906, 1907 e 1908 foram de folgedos e não de protesto.

Nos outros países latino-americanos as celebrações foram mais tardias. No Equador, em 1911; na Costa Rica, em 1913; na Colômbia e Panamá, em 1916; na Nicarágua, em 1920; na Venezuela, em 1924 etc.

Hoje, enfrentando ditaduras fascistas no Chile e no Paraguai; vivendo com relativas liberdades democráticas no Brasil ou México; sob a guerra civil em El Salvador, ou sofrendo agressões externas na Nicarágua, a classe operária e demais trabalhadores celebram o 1º de Maio em toda a América Latina. Realizam sua luta. Expressam sua solidariedade com os trabalhadores de todos os continentes.